

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

LUIS PAULO PENHA COSTA

POLICIAIS MILITARES DE SÃO LUIS-MA E O PLANEJAMENTO FINANCEIRO:
influências na ação policial.

São Luís
2018

LUIS PAULO PENHA COSTA

POLICIAIS MILITARES DE SÃO LUIS-MA E O PLANEJAMENTO FINANCEIRO:
influências na ação policial.

Monografia apresentado ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Prof Dr Marco Antônio Nogueira Gomes

São Luís
2018

Costa, Luís Paulo Pena.

Policiais militares de São Luís – MA e o planejamento financeiro: influências na ação policial / Luís Paulo Pena Costa. – São Luís, 2018.

92 f

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Nogueira Gomes.

1.Educação financeira. 2.Endividamento. 3.Polícia militar. 4.Estresse financeiro. I.Título

CDU: 355.11:64.031(812.1)

LUÍS PAULO PENHA COSTA

**POLICIAIS MILITARES DE SÃO LUIS-MA E O PLANEJAMENTO FINANCEIRO:
influências na ação policial.**

Monografia apresentado ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Aprovada em 04 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr Marco Antônio Nogueira Gomes (Orientador)
Doutor em Informática na Educação

Prof Me Nicodemos Araújo Costa
Crítico de Norma

Prof Esp Carlos Alberto Maranhão
Crítico de Conteúdo

À minha mãe e a minha esposa, pelas inúmeras ocasiões que me auxiliaram no CFO. O sabor da vitória é tão delas, quanto meu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o Senhor dos Exércitos, por me permitir realizar este sonho que se iniciou em 2013 e sustentou meus pés para tal esperado momento.

À minha mãe, dona Eriolinda, por me dar o dom da vida, acreditar em meus projetos, por sempre estar ao meu lado em todos os momentos com seus conselhos de amor e estar viva para testemunhar mais esta conquista.

Aos meus irmãos e irmãs que, de algum modo, investiram no meu potencial desde o início de toda minha jornada, além de lapidar meu caráter culminando no homem que sou hoje.

À minha esposa, Dan Irma, que de modo muito especial cuidou de mim durante todo meu período de formação, sendo meu porto seguro nos momentos mais difíceis e meu riso nos momentos de angústia. Sem ela, realmente, tudo seria muito mais difícil.

À minha menina Bonnie, razão de ser de todo este sonho.

À Nina, minha filha mais nova, que detém parcela considerada do meu amor e posso afirmar ser a essência do meu viver.

Ao meu cunhado, Sandro, meu principal incentivador nos estudos durante minha juventude e, sem sombras de dúvidas, se não fosse o seu apoio, o caminho que eu percorreria seria outro.

Ao meu orientador, Prof. Dr Marco Antônio Nogueira Gomes, que mais que educador, é um amigo especial, um irmão mais velho, que me ensinou a ver a vida por novas perspectivas, além de ser meu farol na construção desta monografia.

Ao meu amigo e ex-companheiro de luta no Exército Brasileiro, 2º Sgt Inf Aladir, que muito me incentivou a perseguir meus sonhos de conquistar o CFO PM.

Ao meu amigo e ex-companheiro de turma da Infantaria, 2º Sgt Leon Flor, por tanto me aconselhar a alçar novos voos durante os anos que passamos juntos em São Leopoldo – RS.

Ao meu ex-comandante de Companhia do Exército Brasileiro, Cap Inf Varcílio, por entender e me apoiar nas viagens cansativas entre Santos-SP e São Luis-MA, tanto para rever minha família, quanto para fazer as etapas do CFO PM.

Aos meus colegas da 21ª Turma, por tantos momentos felizes que passamos juntos, mesmo com as dificuldades.

“Se você não quer ser criticado, eis a solução:
não faça nada, não fale nada, não seja nada”

Erasto

RESUMO

O Planejamento Financeiro possui fundamental relevância dentro das organizações, tanto que é inegável a constatação, dentro das mesmas, que os resultados negativos da falta de educação financeira acarretam prejuízos significativos ao funcionário e à organização. Este resultado negativo está traduzido em perda de produtividade, absenteísmo e um caso típico de estresse: o estresse financeiro. Dada a importância laboral, alguns autores abordam essa questão como um fenômeno social que exige medidas enérgicas governamentais e, principalmente, organizacional. Dentro deste ambiente vulnerável encaixa-se a Polícia Militar do Maranhão como instituição educadora dos seus profissionais e os policiais militares como produto final que sofrem influência direta da desestruturação financeira pessoal. Para tal, a relevância deste estudo repousa nas possíveis políticas que poderão ser tomadas pelo alto comando da corporação visando demonstrar a importância do planejamento financeiro e suas influências nas ações dos policiais militares. Esta pesquisa surgiu a partir do problema de que modo a educação financeira pode colaborar para o bom desempenho dos policiais na Polícia Militar do Maranhão. E para percorrer o caminho desta pesquisa, o objetivo é demonstrar a importância do planejamento financeiro e suas influências nas ações dos policiais militares do Maranhão. Perpassando pelos objetivos específicos de oportunizar elementos de formação da educação financeira; diagnosticar o perfil econômico dos policiais militares do Maranhão; e identificar os reflexos da falta de planejamento financeiro na vida pessoal e profissional do policial militar. Este trabalho aborda o que é planejamento financeiro, contextualiza o policial militar objeto deste estudo e analisa os resultados levantados via pesquisa de campo. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada foi a quali-quantitativa, explicativa, bibliográfica e os dados obtidos através de questionários aplicados aos policiais militares. Em sua penúltima parte, o trabalho apresenta os dados colhidos que permitiu diagnosticar a real situação financeira dos profissionais de segurança pública e a partir desta, delinear medidas a serem tomadas para melhoria do bem-estar do policial. As políticas adotadas por empresas no que tange a educação financeira dos seus colaboradores trazem inúmeros benefícios a estes dentro do seu ambiente de trabalho e, conseqüentemente, maior produtividade e bem-estar social. Este trabalho, além de abordar as conseqüências geradas por problemas financeiros, busca alertar a instituição Polícia Militar do Maranhão de um mal tão presente quanto assolador dentro da caserna, assim como as possíveis medidas que podem ser adotadas com sucesso para o desenvolvimento pessoal do policial militar.

Palavras-chave: Educação financeira. Endividamento. Polícia Militar do Maranhão. Estresse financeiro.

ABSTRACT

Financial Planning is of fundamental importance within organizations, so much so that it is undeniable that the negative results of the lack of financial education result in significant losses to the employee and to the organization. This negative result translates into loss of productivity, absenteeism and a typical case of stress: financial stress. Given the importance of work, some authors approach this issue as a social phenomenon that demands strong governmental and, mainly, organizational measures. Within this vulnerable environment, the Military Police of Maranhão fits as an educating institution of its professionals and the military police as final product that suffer direct influence of the personal financial restructuring. To this end, the relevance of this study rests on the possible policies that can be taken by the high command of the corporation to demonstrate the importance of financial planning and its influence on the actions of the military police. This research emerged from the problem of how financial education can contribute to the good performance of the police in the Military Police of Maranhão. And to follow the path of this research, the objective is to demonstrate the importance of financial planning and its influence on the actions of Maranhão military police officers. The specific objectives of this study are to provide elements of training in financial education; diagnose the economic profile of the military police of Maranhão; and identify the reflexes of the lack of financial planning in the personal and professional life of the military police. This work deals with what is financial planning, contextualizes the military police, object of this study and analyzes the results raised through field research. In order to reach the proposed objectives, the methodology used was qualitative-quantitative, explanatory, bibliographic. In addition to data obtained through questionnaires applied to the military police. In its penultimate part, the work presents the data collected that allowed to diagnose the real financial situation of the military police officers and from this, to outline measures to be taken to improve the well-being of the police officer. The policies adopted by companies regarding the financial education of their employees bring countless benefits to them within their work environment and, consequently, greater productivity and social welfare. This work, in addition to dealing with the consequences generated by financial problems, seeks to alert the Military Police of Maranhão of an evil that is so present inside the barracks, as well as the possible measures that can be successfully adopted for the personal development of the military police officer.

Keywords: Financial education. Indebtedness. Military Police of Maranhão. Financial stress.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O QUE SERIA O PLANEJAMENTO FINANCEIRO	12
2.1 Educação Financeira	12
2.2 Linhas de crédito: facilidade de contratação pelo servidor público	15
3 O POLICIAL MILITAR DA ILHA DE SÃO LUIS-MA: contextualizando o objeto de estudo	22
3.1 Dívidas à luz do RDE e da Jurisprudência	24
3.2 Reflexos do planejamento financeiro na vida pessoal e profissional do policial militar.....	26
3.3 Endividamento como fator estressante no trabalho	30
3.4 A influência do estresse financeiro na ação Policial.....	33
4 ESTRUTURA IDEAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.	36
4.1 Papel da Instituição Policial Militar na Educação Financeira	39
5 METODOLOGIA	43
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
7 CONCLUSÃO	61
8 PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES	63
8.1 Palestras nos cursos de formações	63
8.2 Curso de Planejamento Financeiro Familiar na plataforma Ead da Polícia Militar	64
8.3 Distribuição nas Unidades Policiais da “Cartilha de Educação Financeira para o Policial Militar”	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A	72
ANEXO A	82
ANEXO B	87
ANEXO C	92

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira é um processo que favorece a organização, planejamento e aplicação dos recursos tendo em vista que consiste no conceito de uma estratégia, seja ela de curto, médio ou longo prazo, para acumulação de bens e valores e criação de um patrimônio. Portanto, o indivíduo que possui noções de educação financeira terá autocontrole de sua situação econômica e, em casos de imprevistos, deterá habilidades suficientes para realocar seus próprios recursos ou, caso se faça necessário, recorrer a recursos de terceiros.

Em meio às facilidades de acesso aos créditos disponíveis por financeiras (cartões de créditos, empréstimos, consignados, cheques especiais, etc.), a confusão do dinheiro obtido a partir desse crédito com as próprias finanças tem, por vezes, dado ao usuário a falsa noção de complementariedade da renda, ou seja, extensão do salário, principalmente quando o hábito de planejar não está incorporado à rotina financeira.

É de fácil observância que essa situação possui um fator agravador entre os servidores públicos que, mesmo com legislação protetiva definindo condicionantes ao crédito, como exemplo, o limite de 30% de comprometimento da renda para empréstimos consignados, são as presas preferidas das empresas de crédito por motivos como relativa estabilidade no emprego, renda fixa e garantia de retorno do crédito contratado.

Estratégias governamentais e institucionais, como palestras educativas nas escolas de formações, são necessárias para o freio do nível de endividamento visto que o desequilíbrio financeiro atinge a qualidade de vida e do trabalho desenvolvido pelo profissional. E nesta mesma linha de raciocínio, pode-se inferir que a saúde ocupacional do militar sofre interferências a partir do endividamento podendo afetar, em outras linhas de análise, as relações afetivas e profissionais.

Um tema de pesquisa, que possa de alguma forma contribuir para o estudo da ciência nele proposta, necessita ser original, importante e viável. Esta pesquisa casa-se em consonância pela originalidade, pois não existe uma vasta bibliografia sobre o assunto no universo acadêmico em toda corporação policial militar do Estado do Maranhão, o que confere a esta pesquisa uma exclusividade em relação a outras

pesquisas nesse sentido. Portanto, este trabalho é dirigido a todos os bacharéis de segurança pública.

Um estudo científico desta envergadura trará como vantagem um diagnóstico fundamentado da saúde financeira dos profissionais da segurança pública da Capital, tanto que a experiência pessoal deste autor fez despertar o questionamento do quanto a corporação policial militar é atingida pelo mesmo problema. Ademais, não existem muitas pesquisas envolvendo o campo militar como área de estudo no país, fato que também provocou a vontade deste pesquisador de se lançar a tal pesquisa.

Além que, a relevância deste estudo repousa nas possíveis políticas que poderão ser tomadas pelo alto comando da corporação afim de que sirva de alerta para um trato diferenciado com os seus profissionais. Neste contexto, este estudo visa demonstrar a importância do planejamento financeiro e suas influências nas ações dos policiais militares do Maranhão.

Após o exposto, este autor pairou diante do seguinte problema: de que maneira a educação financeira pode colaborar para o bom desempenho dos policiais na Polícia Militar do Maranhão? Para responder a tal questionamento, será seguido o objetivo de demonstrar a importância do planejamento financeiro e suas influências nas ações dos policiais militares do Maranhão. Por fim, para atingir o Objetivo Geral serão traçados os seguintes objetivos específicos: oportunizar elementos de formação da educação financeira; diagnosticar o perfil econômico dos policiais militares do Maranhão; identificar os reflexos da falta de planejamento financeiro na vida pessoal e profissional do policial militar.

Abordar-se-á no segundo capítulo deste estudo o que é planejamento financeiro, conceitos, a relação entre endividamento e educação financeira, assim como as principais linhas de créditos existentes no mercado financeiro e a facilidade de contratação destas pelo servidor público.

No terceiro capítulo será contextualizado o policial militar da ilha de São Luís do Maranhão, objeto principal deste estudo. Também será discutido o que versa o Regulamento Disciplinar do Exército – RDE acerca da dívida, assim como a jurisprudência brasileira sobre este assunto. Neste mesmo capítulo serão abordados, também, os reflexos do planejamento financeiro na vida particular e profissional do militar, bem como o endividamento como fator estressante no trabalho e suas influências na ação policial.

No quarto capítulo será dissertado sobre a estrutura ideal de educação financeira assim como o papel fundamental que a Instituição Policial Militar possui sobre seus colaboradores, no que tange a responsabilidade institucional educadora para desenvolvimento de políticas internas afim de alcançar o bem-estar do profissional.

Por conseguinte, no quinto capítulo será dissecada a metodologia usada na construção deste estudo. No capítulo seguinte serão discutidos e analisados os resultados obtidos da coleta de dados. Por fim, a conclusão e proposta de intervenção ao final.

2 O QUE SERIA O PLANEJAMENTO FINANCEIRO

A administração eficiente da renda pode garantir um padrão de vida estável com qualidade de vida familiar e no trabalho. Deste modo a gestão do orçamento familiar evita comportamentos e atitudes indesejadas no ambiente profissional devido ao endividamento que leva ao estresse, aumentam o absenteísmo e a dificuldade de relacionamento, conforme dados levantados pela Proteste Associação de Consumidores (FUNDEP, 2017, p. 1).

Nesse contexto, a educação financeira tem sua relevância para um estudo detalhado do comportamento pessoal e profissional, assim como seus reflexos na qualidade de vida e do serviço prestado.

2.1 Educação Financeira

A Educação Financeira e sua relevância para o indivíduo, é “um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1122). Ou como bem resume Gitman (2004, p.4): “[...] a arte e a ciência da gestão do dinheiro”.

Como se trata de gerenciamento de finanças pessoais, deve-se passar pela fase do planejamento antes da tomada de qualquer decisão. Desta forma, planejamento é estabelecer ações a serem efetuadas dentro de contextos e condições preestabelecidos estimando os recursos a serem utilizados; e planejamento também pode ser entendido como decisões tomadas no presente e que refletirão no futuro de modo a se obter melhores resultados. (HOJI, 2009) e (SOUSA; TORRALVO, 2008).

Para Matta (2007, p. 59):

[...] entende-se a educação financeira pessoal como o conjunto de informações que auxilie as pessoas a lidarem com sua renda, com a gestão do dinheiro, com gastos e empréstimos monetários, poupança e investimentos a curto e longo prazo.

Existem diversos autores que versam sobre a educação financeira, inclusive instituições consolidadas possuem programas de educação financeira

direcionado aos seus profissionais devido ao pressuposto que um trabalhador equilibrado financeiramente produz mais e com mais qualidade. Uma instituição militar que aborda sobre a educação financeira dentro do seu quadro efetivo de profissionais é o Exército Brasileiro. As dicas como controlar a própria economia são básicas e direcionadas ao público afim com uma linguagem simples.

QUADRO 01: Valor ideal de poupança

Perfil	Valor da Reserva (% em relação ao rendimento líquido)
Solteiro, no começo da carreira	5 a 10
Casado, sem filhos, no começo da carreira	5 a 15
Casado com filhos pequenos e vida financeiro estável	10
Casado com filhos na escola	5
Marido e mulher têm rendimentos – com ou sem filhos	10 a 15 cada um
Pessoas maduras, com filhos já encaminhados na vida	15 a 20

FONTE: Exército Brasileiro (2007, p. 11).

Após o entendimento dessas ideias básicas da importância do planejamento financeiro, o indivíduo estará apto para lidar com as próprias situações financeiras, trabalhará com um conhecimento que não está presente no ensino tradicional e, por fim, livre dos problemas de saúde advindos do seu desequilíbrio. Com uma maturidade financeira atingida, o policial militar poderá selecionar a melhor proposta de investimento para sua vida, inclusive dentre aquelas linhas de crédito ofertadas ao servidor público, e fazê-la de modo consciente.

A relação fundamental entre o endividamento e a educação financeira está na ausência desta última. Pode-se, portanto, afirmar que, a relação entre as duas é diretamente proporcional. Desta forma, quanto mais educado financeiramente um indivíduo, maior seu controle financeiro. De modo inverso, quanto menor a educação financeira, maior probabilidade do seu endividamento. Segundo Pereira (2013, p. 31):

[...] os problemas com dívidas, vão bem além de simplesmente ganhar mais dinheiro. Trata-se de saber o que fazer com ele, de como ele pode “trabalhar” pelas pessoas através de aplicações ou outros recursos financeiros que beneficiem o indivíduo.

É fato incontestável que são poucas escolas de educação fundamental e média que possuem em seu currículo escolar, palestras ou cursos voltados ao planejamento financeiro dos seus alunos. No fim de sua jornada acadêmica, o jovem,

mesmo preparado para o mercado de trabalho, não se encontra preparado para lidar com seu salário.

Na verdade, sou inconformado com o fato de não existir obrigatoriamente a disciplina de Educação Financeira no ensino médio das escolas brasileiras. Afinal, a falta de poupança é a origem de muitos problemas nacionais, assim como a falta de crédito e os juros elevados. A construção de uma nação rica depende da capacidade de seus cidadãos de enriquecer. (CERBASI, 2004, p. 91).

Apesar dos legisladores tentarem por meio do Decreto nº 5.685/06, instituir o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) no sentido de propor uma estratégia nacional de educação financeira e, anos antes, o Banco Central lançar o Programa de Educação Financeira, com a finalidade de difundir a teoria acerca de finanças pessoais de modo a conscientizar o indivíduo sobre o modo com que seu conhecimento sobre o assunto pode impactar sua vida e a economia do país.

Por outro lado, o planejamento financeiro é apresentado ao jovem pela sua experiência com o próprio dinheiro. Ou seja, não há um repasse do conhecimento orientado sobre finanças pessoais. A escola não cumpre essa função, os pais não cumprem essa função, as empresas também não cumprem essa função.

Muitos dos jovens de hoje têm cartão de crédito antes de concluir o segundo grau e, todavia, nunca tiveram aula sobre dinheiro e a maneira de investi-lo, para não falar da compreensão dos juros compostos sobre o cartão de crédito. Simplesmente são analfabetos financeiros e, sem o conhecimento de como o dinheiro funciona, eles não estão preparados para enfrentar o mundo que os espera, um mundo que dá mais ênfase à despesa do que à poupança. (KIYOSAKI e SHARON, 2000, p. 13)

Apesar da crítica dos autores acima, acerca de não haver uma difusão dos conhecimentos de Educação Financeira nas escolas, há um Projeto de Lei em tramitação no Senado Federal, desde 2004, e de autoria do Deputado Lobbe Neto, PL 3.401/04, que quer instituir o ensino de finanças pessoais, nas séries do 5ª ao 9º ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na grade de matemática das escolas públicas. Sobre o acréscimo da Educação Financeira na grade de matemática, Carvalhal (2008, p. 97) comenta:

A educação deve ser considerada como um acesso que possibilita a compreensão sobre finanças e cria formas de atuação. Aliada ao

conhecimento matemático que é o resultado da construção humana em sua interação constante, com o contexto natural, social e cultural. Assim, a Matemática e a Educação Financeira não serão ciências imutáveis trabalham em conjunto em uma área que novos conhecimentos são produzidos para resolver problemas científicos e financeiros, gerando saber para construir a cidadania.

Percebe-se, portanto, que grande culpa do endividamento está nas mãos da falta de orientação financeira. Sendo assim, grandes problemas relacionados ao endividamento, poderiam ser evitados com um planejamento de palestras e cursos dentro da educação básica dos jovens. Esticando o nível de responsabilidade, muitos profissionais estariam livres destes problemas caso as instituições os orientassem quanto ao planejamento financeiro.

2.2 Linhas de crédito: facilidade de contratação pelo servidor público

Definindo funcionário público, Caetano (2008, p. 672) trata como:

O agente administrativo provido por nomeação vitalícia voluntariamente aceite ou por contrato indefinidamente renovável, para servir por tempo completo em determinado lugar criado por lei com carácter permanente, segundo o regime legal próprio da função pública.

Em outras palavras, são todas as pessoas físicas que mantêm relação de trabalho com a Administração Pública.

Estendendo a mesma significação descrita acima aos militares estaduais, a lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, em seu artigo 2º amarrou os integrantes da Polícia Militar na categoria de Servidores Públicos Militares do Estado. E, sendo assim, possuem os direitos e seguranças empregatícias que o Estatuto do Servidor garantem, como por exemplo: vencimentos, férias, direito a aposentadoria, estabilidade empregatícia, etc. Porém, quanto a esta última, a estabilidade empregatícia, concede ao servidor público um status de segurança econômica para financeiras e afins e a possibilidade de consignação de empréstimos em folha, conforme § 4º inciso II da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, e conseqüentemente a garantia do retorno do crédito ofertado.

Souza Neto (2010) revela que a simplicidade de acesso ao crédito para os chamados servidores públicos, profissionais com renda mensal fixa e garantida, ocasionam maior comprometimento do salário e, conseqüentemente, alto índice de

endividamento. O sistema financeiro brasileiro, como pode ser observado em propagandas de financeiras para TV, já está projetado para disponibilizar as mais variadas formas de crédito ao servidor, como cartões de crédito, cheque especial, além do empréstimo consignado que, em situações de necessidade extrema ou ausência do controle financeiro, leva o servidor a comprometer parte significativa de sua renda com financiamentos mal planejados e pagamento de taxas de juros.

Os brasileiros, conforme Macedo Jr (2007), têm dificuldades para gerir seus gastos, assim como para adquirir bens e despreparo para enfrentar momentos de desemprego. Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, em 2017, 58,9% da população brasileira apresentaram dificuldades na gestão das finanças pessoais. Vale ressaltar que esta pesquisa realizada em abril de 2017 levantou apenas os dados referentes às dívidas de cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal.

Por fim, a dinâmica financeira do indivíduo está intrinsecamente ligada a diversos desdobramentos em seu comportamento. Ou seja, o planejamento financeiro poderá trazer reflexos positivos se bem seguida como, também, reflexos negativos caso não seja observada.

Uma modalidade de crédito atrativa, com juros baixos em relação às outras, é o empréstimo consignado ou crédito consignado, uma modalidade de crédito com consignação na folha de pagamento. Onde está o atrativo nesta modalidade para a financeira? Reside no desconto obrigatório do valor contratado direto na fonte pagadora, ou seja, sempre haverá o retorno do crédito contratado à financeira. Em outras palavras, possui menor risco de inadimplência por existir essa garantia contratual. Segundo Sadi (2004, p. 11), “obtenção de crédito com taxas de juros menores que as normalmente aplicadas no mercado, àqueles que recebem seus salários, remunerações, proventos e pensões, mediante folha de pagamento. “

Ainda conforme Sadi (2004, p. 11), “as vantagens advindas deste contrato para a instituição financeira é a segurança do recebimento do valor contratado; e para o contratante: a contratação de certo valor, conforme margem consignável, a prazo fixo e juros menores que outros praticados em modalidade diversa, além da dispensa de análise de crédito pela financeira”. As vantagens, como visto, são relativamente benéficas para ambas partes.

A utilização orientada desta modalidade de crédito e sob estudada necessidade, trará os benefícios esperados do uso deste dinheiro para a realização dos seus projetos, inclusive para saldar dívidas de crédito com juros bem mais alto. Segundo esta última informação, Tadeka e Bader (2005, p.79) ratifica que há uma “tendência de uso do consignado para pagamento de dívidas derivadas de créditos que têm taxas mais caras. “

Por outro lado, o aspecto negativo da contratação desorientada do crédito consignado está na sua utilização em conjunto com outras modalidades de crédito ou a contratação excessiva de consignados, retirando o controle do indivíduo e conduzindo ao fenômeno do superendividamento.

Por fim, entre as modalidades de crédito ofertado no mercado, o empréstimo consignado, desde que utilizada de maneira consciente e refletida, é a mais confortável do ponto de vista financeira. Porém, como há uma facilidade na sua contratação, a orientação para seu uso sadio é extremamente necessária.

O Empréstimo Pessoal é outro tipo de crédito bastante ofertado no mercado, comumente chamado de empréstimo pessoal não consignado em folha. As principais diferenças deste para o crédito consignado está na burocracia na contratação. O risco de retorno para a financeira é maior justamente por não haver a mesma garantia que o consignado, a taxa de juros é maior, e o valor liberado é menor.

Acerca do empréstimo pessoal, Cerbasi (2012, p. 82) ratifica que:

São oferecidos para cobrir necessidades de curto prazo de recursos, normalmente por alguém que sofreu alguma perda inesperada, falhou nos planejamentos ou foi negligente em suas escolhas. Do ponto de vista do crédito, quem recorre a um empréstimo está com problemas, uma situação bem diferente daqueles que buscam financiamentos: quem decide pela compra de bens de grande valor ou pela contratação de serviços normalmente está em uma boa situação de renda e de carreira. Esse é mais um fator para tornar os empréstimos modalidades mais caras de crédito.

Por fim, normalmente o servidor público contrata este tipo de crédito, quando sua margem para consignação em folha está totalmente comprometida. Portanto, nota-se, que a contratação desse tipo de empréstimo a juros alto é um diagnóstico de que o controle financeiro está em uma situação delicada.

O cheque especial é um limite disponível, e pré-aprovado, ao cliente de bancos. A finalidade apresentada ao público, sobre este tipo de crédito, é a sua função

creditícia para eventualidades especiais. Ou seja, não é um crédito para uso cotidiano, mas para imprevistos financeiros excepcionais.

Paiva (2013, p. 26) conceitua como “um crédito pré-aprovado que as instituições bancárias colocam à disposição dos clientes, levando em conta o seu cadastro e o relacionamento”. Mas, em contrapartida, esta modalidade de crédito possui uma das taxas de juros mais altas do mercado financeiro!

O perigo iminente do cheque especial está no uso inconsciente ou indiscriminado do limite do crédito, estando seu usuário a um passo do descontrole financeiro e, a qualquer deslize, suscetível ao superendividamento.

Cerbasi (2012, p.78) orienta seus leitores a recorrerem a outras alternativas de crédito pelo simples motivo do cheque especial ser mais caro, e, “quem tem disponibilidade a este crédito, também possui a alternativa de contratar outro mais em conta”. Como lição deste autor é que, o indivíduo que possui controle de suas finanças e prevê uma possível contingência financeira, contate seu gerente de banco e solicite um empréstimo para suprir o furo iminente.

Como aspectos positivos do cheque especial, Cerbasi (2012, p. 90), comenta:

Alguns bancos oferecem a seus clientes a oportunidade de usufruir de seu limite no cheque especial durante alguns dias a cada mês, sem que haja a incidência de juros. Não importa se o prazo é de cinco, dez ou quinze dias. O fato é que dispor dessa alternativa de crédito pode ser uma dádiva para quem sabe aproveitá-la, ao mesmo tempo em que é um desastre para quem a usa de maneira negligente. Se você tem contas a pagar hoje e sabe que seu salário só cai na conta daqui a três ou quatro dias, faça bom proveito: conte com o cheque especial.

Porém, não se acomode. Estude seu orçamento e procure entender o porquê de você ter recorrido a ele – e, então, tome providências para isso não ocorrer mais, caso contrário, você pode se acostumar com essa conveniência e, mais cedo ou mais tarde, estará precisando de mais tempo do que o limite de isenção. Quando isso acontece, você encontra a armadilha: se seu banco lhe der dez dias isentos e você usar onze, pagará juros por todos os onze dias, e não só pelo dia adicional. Como ninguém dá nada de graça, os juros praticados pelos bancos que oferecem essa benesse costumam estar entre os mais altos do mercado

Portanto, a pessoa educada financeiramente, pode contar com a tranquilidade de possuir este crédito em uma futura emergência.

O Crédito Direto ao Consumidor – CDC é “[...] um financiamento destinado à aquisição de bens duráveis e serviços” (PAIVA, 2013, p. 27). Como exemplo, serve para aquisição de eletrodomésticos ou automóveis.

A contratação deste empréstimo é realizada direto na instituição bancária, e possui como vantagem a taxa de juros mais baixa que o cheque especial ou os cartões de crédito, e suas parcelas são descontadas direto na conta corrente.

As recomendações sobre a utilização deste recurso seguem praticamente as outrora elencadas: antes de contratá-la, fazer um estudo detalhado sobre as condições e a real necessidade deste empréstimo; analisar a taxa de juros; e não exagerar em contratações de empréstimo para evitar o superendividamento.

O cartão de crédito é uma alternativa de aquisição de bens por meio da compra parcelada a juros baixos. Porém os valores disponibilizados pelas instituições financeiras, no valor do cartão de crédito, não podem ser confundidos com os proventos recebido pelo indivíduo.

Usar cartão de crédito inspira cuidados pois o seu mal-uso pode gerar mais transtornos que benefícios. Porém, é inegável que o uso consciente desta modalidade de crédito possui suas vantagens. Sobre elas, Cerbasi (2012, p. 89) fala:

Tais vantagens incluem limites maiores, juros menores (mesmo assim, sempre caros), parcerias que oferecem descontos a usuários e facilidades como seguro de viagem, de bagagem e de aluguel de automóveis, serviços de *conciergerie* e programas de pontuação para obter descontos em passagens, compra de automóveis e aquisição de serviços. Clientes com bom relacionamento, em suma, cada vez pagam menos e recebem mais. Ao decidir direcionar todos os gastos possíveis para seu cartão de crédito, o importante é assegurar uma rotina de controle que garanta que esses gastos estejam dentro de seu orçamento. O uso do cartão de crédito com acompanhamento regular das faturas parciais (pela internet ou telefone) facilita sua organização pessoal, ao concentrar o pagamento de grande parte de suas contas em uma única data.

Dentro do cartão de crédito há uma modalidade de empréstimo pessoal pré-aprovado de acordo com o perfil do usuário. Este tipo de empréstimo é conhecido como crédito rotativo do cartão de crédito e possui taxa de juros muito elevada em relação às demais. Cerbasi (2012, p.89) desaconselha seu uso em qualquer hipótese: “O uso do crédito rotativo do cartão de crédito jamais deveria ser considerado em razão dos elevados juros relacionados. “

A principal orientação acerca desse crédito rotativo é: jamais o contrate! Porém, caso o mal já tenha se consumado:

Solicite um empréstimo no valor necessário para quitá-la. Com isso, você evitará outra cara, e de rápida multiplicação, e assumirá uma dívida mais

barata, paga em prestações conhecidas e selecionadas por você de acordo com o espaço no orçamento para liquidá-la. (CERBASI, 2012, p. 78)

Em suma, o crédito rotativo do cartão de crédito, é vilã da estabilidade financeira. Contudo, como solução, há no mercado financeiro, modalidades atrativas de obtenção de crédito a juros mais baratos e prazos mais em conta, os financiamentos.

Das formas de crédito disponíveis aos cidadãos por instituições financeiras, o financiamento é uma das modalidades mais provável de um indivíduo contratar em algum momento da vida. O financiamento pode ser usado para aquisição de um imóvel, automóvel ou até mesmo para investimento em um curso superior, como exemplos. Em outras palavras, como bem define Rezende (2014, p.40), “Financiamento é um empréstimo junto ao banco com uma taxa de juros pré-definida e período pré-determinado para a quitação, utilizado na aquisição bens móveis ou imóveis. No caso de imóveis e veículos, o recurso fica vinculado ao bem ou serviço.”

A principal vantagem dessa modalidade de crédito para as financeiras, além do retorno financeiro a juros, está na vinculação do bem adquirido à financeira até a total liquidação do contrato. De modo bem especial, as instituições bancárias possuem certa segurança em reaver o objeto fruto do contrato em casos de inadimplência.

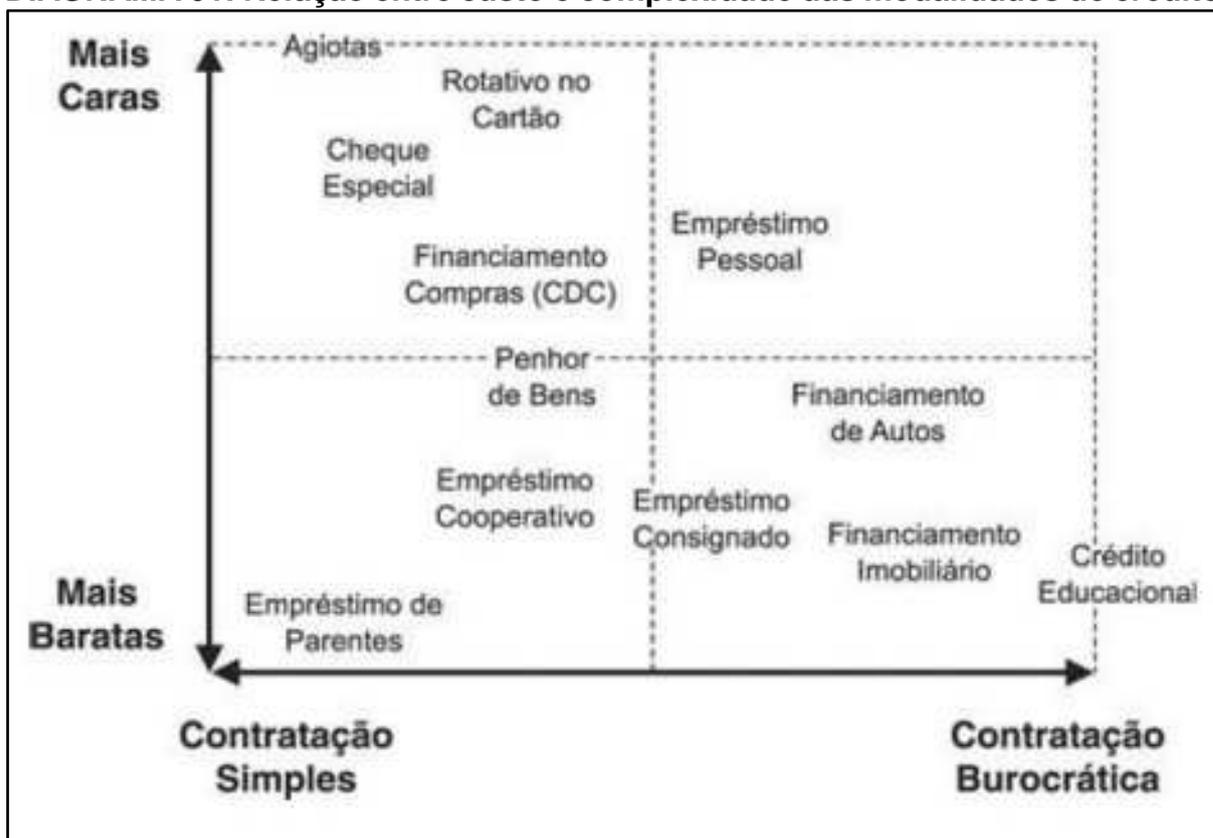
A respeito do financiamento, Cerbasi (2012, p.81) diz que:

A destinação específica do dinheiro emprestado dá aos bancos a certeza de que o dinheiro será bem usado, o que facilita a aprovação do crédito. Além disso, quanto maior a certeza de que o banco não ficará sem receber, mais barato será o crédito, pois não há necessidade de ratear, entre os bons pagadores, o custo dos inadimplentes. Por isso, as alternativas de financiamento mais baratas são aquelas em que a propriedade do bem fica com a instituição financeira enquanto o contrato de financiamento não é totalmente quitado, como no financiamento de imóveis e de automóveis.

A vantagem do financiamento ao usuário, provém da possibilidade de aquisição de um bem a taxa de juros relativamente baixa e a prazo bem dilatado. Essa condição de usufruto do crédito, dar segurança financeira a ambas partes contratantes e, o uso consciente, certo conforto àquele que contratou.

A relação “facilidade na contratação/custo após contratação” entre as linhas de créditos explicadas acima, pode ser facilmente compreendida no diagrama abaixo:

DIAGRAMA 01: Relação entre custo e complexidade das modalidades de crédito



FONTE: Cerbasi (2012, p. 83)

Como outrora discorrido e observado na figura acima, pode se concluir que o “Crédito rotativo no cartão e cheque especial devem ser substituídos por empréstimos pessoais, que, por sua vez, são menos vantajosos do que empréstimos consignados, cujo pagamento é feito diretamente com débito em folha, sem risco para o banco” (CERBASÍ, 2012, p. 86).

3 O POLICIAL MILITAR DA ILHA DE SÃO LUÍS-MA: contextualizando o objeto de estudo

Na última década, o poder executivo do Estado do Maranhão, promoveu um grande investimento no efetivo da Polícia Militar. Com o Edital de Concurso Público nº 03, de 10 de outubro de 2012, o efetivo policial teve um incremento de soldados divididos em quatro levas de turmas de formações. E no último Concurso Público, lançado no Edital nº 1 – PM/MA, de 29 de setembro de 2017, a promessa é um reforço de pouco mais de 1,1 mil militares.

Com a criação destes novos postos de trabalho para repor as perdas profissionais e aumentar o efetivo, também deve haver uma reestruturação dos locais de trabalho para recepcionar toda essa mão de obra, ao passo que também se deve haver modificações organizacionais dentro da Polícia Militar.

Uma importante modificação no quadro estrutural da Polícia Militar do Maranhão, realizada por meio da Medida Provisória nº 264, de 18 de dezembro de 2017, foi a criação de Batalhões e transformação de Companhias em Batalhões em todo o Estado. O impacto desta Medida Provisória é o aumento do efetivo e, conseqüentemente, do policiamento. Com a aprovação da MP nº 264/17, a modificação em São Luís ficou como se segue:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 264, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a criação e transformação de Organizações Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do Art. 42 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º Ficam criados na estrutura da Polícia Militar do Maranhão os seguintes Órgãos:

- I - Diretoria de Ensino Regular (DER);
- II - Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI);
- III - Comando de Missões Especiais (CME);
- IV - Batalhão de Polícia Militar Tiradentes (BPM TIRADENTES), com sede no município de São Luís/MA;
- V - 1º Batalhão Escolar da Polícia Militar (1º BEPM), com sede no município de São Luís/MA.

[...]

Art. 5º Ficam transformadas na estrutura da Polícia Militar as seguintes Organizações Policiais Militares (OPM):

- I - Em Batalhão de Polícia Militar de Choque (BPChoq) - Major QOPM Luís Fábio Siqueira Silva, com sede no Município de São Luís/MA, o Batalhão de Missões Especiais (BME) - Maj PM Luís Fábio Siqueira Silva;

[...] (MARANHÃO, 2017, p. 1-2)

Como o aumento no número de Batalhões na PMMA, o quadro organizacional de UPMs que participaram deste estudo foi:

QUADRO 02: Unidades participantes da pesquisa monográfica

UPM	Bairro	Efetivo	Entrevistados
1º BPM	Anjo da Guarda	315	47
6º BPM	Cidade Operária	429	91
8º BPM	Calhau	350	22
9º BPM	Vila Palmeira	366	57
20º BPM	Cohatrac	135	11
21º BPM	Estiva	174	19
Btl TD	Centro	165	21
1ª USC	Vila Luisão	130	15
BPChoq	Calhau	219	42
BPA	Coroadinho	113	8
BPRv	Tirirical	225	39
BPTur	Centro	207	15
2ª USC	Coroadinho	119	11
EPMont	Calhau	87	28
APMGD	Calhau	209	181

FONTE: SGI/PMMA (2018, ANEXO C)

Apesar do aumento do efetivo, de melhorias na estrutura dos Batalhões, em armamento, viaturas e no aperfeiçoamento dos policiais por meio de uma grade de cursos disponibilizados pela Diretoria de Ensino, o investimento na qualidade de vida do policial militar andou a passos lentos.

Esta afirmação decorre da pouca disponibilidade de instruções no calendário acadêmico da Diretoria de Ensino, específicos para o desenvolvimento pessoal do militar, como exemplos: Sobrevivência Policial, Educação Financeira, saúde laboral, entre outros, tanto como a falta de ministração de cursos e palestras voltados ao bem-estar profissional nos cursos de formações.

Um setor importante para o apoio e acompanhamento do desenvolvimento profissional na PMMA é o CAPS – Centro de Apoio Psicossocial da Polícia Militar. Este Centro ainda tem um apoio incipiente perto das necessidades que a PM demanda. Porém, há uma promessa de ampliação do efetivo do CAPS com a contratação de 46 novos profissionais por meio do Edital nº 1 – PM/MA, de 29 de setembro de 2017.

O efetivo hoje da Polícia Militar do Maranhão está estimado, segundo a Seção de Pessoal da Polícia Militar - PM1, em 11.269 militares ativos, ou seja,

aproximadamente um policial para cada 624 habitantes, segundo cruzamento de informações da PM1 e Estimativa do IBGE 2018.

Nessa mescla de desenvolvimento estrutural da PMMA, se desenvolvendo em algumas áreas e em marcha lenta em políticas sociais, estar o profissional de segurança pública, carente de investimentos na qualidade de vida profissional.

Enquanto a maioria das policiais militares dos estados possuem regimento disciplinar próprio, adaptado à própria cultura regional, a Polícia Militar do Maranhão ainda é disciplinada pelo Regulamento Disciplinar do Exército - RDE, além de outras legislações da mesma Instituição, conforme consta na Lei Estadual Nº 6.513 de 30 de novembro de 1995: “Art. 166 – São adotados na Polícia Militar do Maranhão, em matéria não regulada na legislação estadual, as leis e regulamentos em vigor no Exército Brasileiro, no que lhe for pertinente.”

Algo que pode ser encontrado no Regulamento Disciplinar do Exército é o disciplinamento quanto ao militar endividado.

3.1 Dívidas à luz do RDE e da Jurisprudência

O estatuto dos Policiais Militares, a Lei nº 6.513/95, que rege os procedimentos policiais militares do Estado do Maranhão, assegura no seu Art. 166 que: “São adotados na PMMA, em matéria não regular na legislação estadual, as leis e regulamentos em vigor no Exército Brasileiro, no que lhe for pertinente.

Até o presente momento, não há legislação estadual que rege a disciplina dentro da PMMA. Assim, a Polícia Militar do Maranhão adota o RDE, dentre vários outros regulamentos, para orientar suas condutas. Dentro do Regulamento Disciplinar do Exército, Decreto nº 4.346/02, no seu Anexo I, há os seguintes itens de transgressões disciplinares concernentes a inadimplência por dívida:

[...]

33. contrair dívida ou assumir compromisso superior às suas possibilidades, que afete o bom nome da instituição;

34. esquivar-se de satisfazer compromisso de ordem moral ou pecuniária que houver assumido, afetando o bom nome da Instituição;

35. não atender, sem justo motivo, à observação de autoridade superior no sentido de satisfazer débito já reclamado;

[...] (BRASIL, 2002, p. 1)

No que tange ao entendimento jurídico acerca da dívida privada do policial militar, há jurisprudências sobre o assunto pacificando o entendimento de que, a dívida é competência da esfera cível, não cabendo punição administrativa aos policiais militares:

STF – RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 458555 CE

[...]

DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal e assim ementado: “CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTATUTO DO POLICIAL FEDERAL. RECEPÇÃO PARCIAL. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA. INADIMPLÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. A lei federal nº 4.878/65 não foi recepcionada integralmente na ordem jurídica posterior à Constituição de 1988.

2. Na aferição da responsabilidade administrativa é de se levar em consideração os fatos vinculados à atividade funcional do servidor público.

3. A inadimplência em dívidas contraídas na vida privada do Policial não constitui causa legítima para fundamentar a sua punição disciplinar, não sendo fato prestante para ser dirimido em Processo Administrativo ou Sindicância.

[...] (STE, 2009, p. 1)

Ainda segundo a Constituição Federal de 1988, em seu Art 5º, Incisos LIV e LV, “ninguém será privado da sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal “e que a todos “[...] são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. E neste mesmo artigo 5º, LXVII, versa que: "não haverá prisão civil por dívida, salvo o responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e do depositário infiel", ou seja, veda a prisão por dívida, exceto nos casos mencionados no texto constitucional.

Ainda no Pacto de São José da Costa Rica, em que o Brasil é signatário, rege que ninguém deve ser preso por dívida, exceto nos casos de pensão alimentícia, ou seja, este tratado internacional traz em seu bojo garantias de proteção aos Direitos Humanos que integram o direito positivo brasileiro, revogando, assim, qualquer legislação anterior contrária.

Vale ressaltar que a Constituição Federal é de 1988, o Pacto de São José da Costa Rica de 1969, ratificado pelo Brasil em 1992, e o RDE de 2002. O que pode supor destas informações é que, o RDE não está atualizado segundo estas normas e alguns itens do seu Anexo I em desacordo com a CF/88.

Por outro lado, mesmo que a Polícia Militar do Maranhão insista em aplicar esses três itens do Anexo I do RDE, a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, versa que:

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

[...]

Art. 71. Utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer:

Pena Detenção de três meses a um ano e multa.

[...] (BRASIL, 1990, p. 1)

O que o Código de Defesa do Consumidor apregoa no texto acima é que, ninguém poderá ser exposto ao ridículo em cobranças de dívidas, inclusive no seu local de trabalho. Contudo, a cobrança de dívida dentro de uma organização militar ganha um viés imperativo dado a previsão no RDE da punibilidade disciplinar em se tratando de servidor inadimplente. No caso de aplicação de sanção disciplinar por motivo de dívida e afins, existem várias ações na justiça de militares contra as instituições policiais visando a reparação do dano moral sofrido devido a tal cobrança.

[...], os conhecimentos das dívidas de militares levadas aos seus superiores, no seu ambiente de trabalho e de forma inadequada, são ilegais, ocasionado com isto, a possibilidade do ajuizamento de ação por danos morais pelo ofendido. (PEREIRA E SANTANA, 2008, p. 37)

Por fim, compreendido o que na justiça está pacificado acerca da cobrança de dívidas ou sobre punições disciplinares motivadas pelo mesmo motivo, o entendimento é que:

[...] existem meios legais de se impelir um inadimplente a arcar com seus compromissos, tais como o registro de seu nome no cadastro de restrições ao crédito, busca e apreensão de seus bens como pagamento de dívidas, dentre outros. Essas medidas, quando se tornam públicas, ocasionam constrangimentos à pessoa e sendo este um militar, este constrangimento é projetado, conseqüentemente, para a instituição da qual faz parte. (PEREIRA e SANTANA, 2008, p. 37)

3.2 Reflexos do planejamento financeiro na vida pessoal e profissional do policial militar

Gaspar (2010) em seu trabalho revela que no país duas em cada três famílias gastam mais do que ganham e que 68,4% das famílias possuem dívidas. E Oliveira (2011) revela como causa desde fenômeno a falta de uma educação

financeira, ou seja, de um controle simples realizado na forma de orçamento doméstico.

Como reflexo negativo, a falta do planejamento financeiro pode desencadear um estado de estresse. Michie *apud* Andrade (2012, p.5) expõe que dentre as causas que levam ao estresse no ambiente de trabalho estão a sobrecarga de atividades, pressão por prazos, complexidade das tarefas, e fora do ambiente de trabalho, dentre outras, os problemas financeiros.

Essa modalidade de estresse ocorre quando um indivíduo encontra dificuldades no cumprimento de seus compromissos financeiros – geralmente, devido à falta de dinheiro. Obviamente, não se pode generalizar que toda pessoa com problemas em suas finanças sofrerá de estresse, pois cada indivíduo reage de maneira distinta a tais dificuldades. (ANDRADE, 2012, p.6)

Por outro lado, o acatamento à política do planejamento financeiro poderá refletir positivamente na vida do policial militar. “Assim sendo, a implantação de algumas políticas públicas [...], pode contribuir para melhorar a qualidade de vida dos servidores, e o reflexo direto disso poderá ser observado na qualidade do serviço prestado à comunidade.” (HALLES *et al*, 2007, p.2)

Os dados levantados a partir da pesquisa objeto deste trabalho serão apresentados aqui para análise e verificado possíveis reflexos que os policiais militares estão sujeitos devido à sua gestão financeira. Para se evitar os reflexos negativos a que estes profissionais estão expostos, será apresentada uma estrutura ideal de educação financeira que sirva como reflexão para uma autoanálise do indivíduo.

Algo que tem ganhado espaço dentro das organizações é a qualidade de vida do profissional. Desde o século passado, com a evolução das relações de trabalho dentro das empresas, o pensamento no bem-estar do trabalhador tomou posição de destaque junto às prioridades das Companhias. Contudo, esta mudança no modo de enxergar as necessidades do trabalhador como necessidades da empresa serviu a um propósito-fim: o aumento da produtividade. Ou seja, trabalhador feliz é sinônimo de produção.

A partir deste entendimento inicial, a premissa Qualidade de Vida no ambiente de trabalho, tem se tornado tema bastante discutido dentro das

organizações com vistas, basicamente, a contribuir na qualidade profissional do seu pessoal.

Segundo Limongi-França (2009), desde a década de 70, o tema Qualidade de Vida no Trabalho tem sido utilizada nos Estados Unidos como preocupação dos donos das empresas. Inclusive Newstrom (2008) afirma, que nessa época, o modelo clássico de trabalho gerou insatisfação entre os trabalhadores o que obrigou as empresas repensar o modelo de trabalho.

[...]busca empregar as habilidades dos trabalhadores e oferecer um ambiente que os estimule em direção ao aprimoramento. A ideia é que os recursos humanos devam ser desenvolvidos, e não simplesmente usados. Além disso, o trabalho não deve possuir condições excessivamente negativas. Ele não deve colocar os trabalhadores sob estresse indevidamente [...]. Ou seja, o trabalho deve contribuir para o avanço social como um todo. (NEWSTROM, 2008, p. 235)

O alinhamento de ideias destes autores partiu da humanização do entendimento das necessidades dos colaboradores junto as empresas, expandindo as possibilidades do bem-estar social no ambiente organizacional onde o efeito produzido é satisfação e eficiência no trabalho. Ainda segundo Chiavenatto (2010), a boa qualidade de vida no ambiente de trabalho, retrata um ambiente auspicioso e de confiança, onde os colaboradores aumentam suas contribuições e elevam suas expectativas de êxito psicológico, refletindo diretamente na redução de rígidos controles internos por parte da gestão.

Ainda segundo este mesmo autor, sobre os programas de bem-estar adotados por algumas organizações:

Os programas de bem-estar são adotados por organizações que procuram prevenir problemas de saúde de seus funcionários. O caráter profilático desses programas parte do reconhecimento de seu efetivo sobre o comportamento dos funcionários e estilo de vida fora do trabalho, encorajando as pessoas a melhorar seu padrão de saúde. (Chiavenato, 2010, P.490)

Outro ponto relevante no estudo da relação do trabalho com a qualidade de vida, Limongi-França (2009, p.167), revela que “do ponto de vista das pessoas, pode-se afirmar que qualidade de vida é a percepção de bem-estar, a partir das necessidades individuais, ambiente social e econômico e expectativas de vida”. Esta

autora elenca vários pontos intrínsecos e extrínsecos ao ser humano, que, segundo a mesma, influenciam sua produtividade no local de trabalho.

Após essa abordagem inicial acerca de qualidade de vida no trabalho e trazendo estes conceitos para corporação policial militar do Maranhão, tem-se que o equilíbrio financeiro surge como fator estabilizador e influenciador do comportamento humano. Se influi direta ou indiretamente no comportamento, os desdobramentos são percebidos em seu rendimento laboral, familiar, escolar, ou seja, no seu social.

Relacionando o desequilíbrio financeiro com o estresse financeiro, Kim *et al* (2006, p.16) dizem que indivíduos endividados, mesmo trabalhando, terão seu desempenho provavelmente reduzido devido ao estresse financeiro. “Eles são menos produtivos, porque gastam algumas horas do trabalho lidando com questões financeiras pessoais.”

Como relata Boss (1988), o estresse cria pressão sobre indivíduos e famílias. Enquanto o estresse não é necessariamente ruim ao indivíduo, pode se tornar problemático quando o número de estressores são incontrolláveis, por exemplo, como muitas dívidas. Assim, “estressores financeiros podem ser aditivos quando se continua a experimentar contas não pagas, avisos tardios e chamadas de credores e agências de cobrança.” (KIM *et al*, 2006, p.3)

Em contrapartida, nas últimas décadas as polícias militares do Brasil tem se modernizado e investido mais em gestão de pessoal, ou seja, a transformação tem buscado o bem-estar da qualidade de vida no ambiente policial militar. Um exemplo é a Polícia Militar do Estado de São Paulo em que o Comando da Corporação tem incentivado seu efetivo a participarem de cursos e palestras cujos temas estão voltados à “qualidade de vida, gestão financeira, motivação e cuidados com a saúde.” (REVISTA VOCÊ RH, 2011, p. 40).

Por outro lado, na Polícia Militar do Maranhão ainda não há um programa elaborado com vistas ao aprimoramento da qualidade de vida de todo efetivo policial do Estado. O que se observa são políticas isoladas de Comandos de Batalhões que visam promover o bem-estar social dos seus colaboradores. Entre as ações promovidas estão consultas com psicólogos, corridões em parcerias com academias, encontros em datas comemorativas, etc.

IMAGEM 01: Folder da 1ª Corrida Sd Fernandes pantera desenvolvida em parceria com o CPAM-II, Instituto Sd Fernandes e a Central da Corrida



FONTE: Centraldacorrída.com.br

Por fim, ressalta-se o entendimento de Pereira (2013, p. 39) que relaciona uma boa qualidade de vida ao equilíbrio financeiro:

Em suma, a qualidade de vida, através de uma situação financeira estável, beneficia diretamente o policial militar, que sem as preocupações e estresses gerados pelos problemas financeiros, assiste melhor sua família usufruindo de condições favoráveis para o desempenho do serviço prestado a sociedade.

Aqui pôde se observar o casamento perfeito para uma qualidade de vida o equilíbrio financeiro. Por outro lado, a outra face da moeda, o endividamento, é considerado fator estressante no trabalho.

3.3 Endividamento como fator estressante no trabalho

O policial militar possui, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a segunda profissão mais estressante do mundo. Somam-se a isso problemas corriqueiros que assolam o homem médio e, no caso policial, o estresse dos riscos que a profissão lhe impõe. Neste estudo, em especial, acrescenta-se o endividamento elevado como fator estressante no trabalho. Acerca disso, Pereira (2013, p. 31-32) aconselha que:

[...] evite-se o endividamento elevado, que compromete boa parte da renda e a posteriori afeta o trabalho, bem como a própria qualidade de vida do policial militar, tendo em vista que as preocupações se somam, o estresse aumenta

e o que seria gasto com viagens e lazer será utilizado no pagamento de dívidas.

Conforme apregoa Michie (2002, apud ANDRADE, 2012, p. 5), estresse é definido como um estado psicológico e físico, que surge quando um indivíduo não sabe lidar com situações diversas do seu. Ainda segundo a autora, a ocorrência varia de acordo com o indivíduo e a situação, mas seus sintomas podem se manifestar em sentimentos, comportamentos, pensamentos e físico.

Os fatores estressores dentro do ambiente de trabalho podem estar ligados a diversas situações que o profissional está exposto, como a “sobrecarga ou longas horas de atividades, pressão por cumprir prazos, complexidade das tarefas, falta de tempo para descanso e até más condições do ambiente físico da empresa.” (MICHIE, 2002, apud ANDRADE, 2012, p. 5)

De outro modo, Michie (2002, apud ANDRADE, 2012, p. 5) revela que, “fora do ambiente de trabalho, responsabilidades como cuidar dos filhos, problemas financeiros e com a casa, dentre outros, também podem surgir como fatores estressores”.

O endividamento do policial militar, exemplo cabível neste estudo, pode surgir como fator estressante no trabalho quando este indivíduo encontra empecilhos em honrar seus acordos financeiros e, de modo específico com este militar, afeta seu estado emocional, comportamental, psicológico ou físico, interferindo em sua produtividade no trabalho. Vale ressaltar que cada indivíduo reage de modo distinto quando exposto a determinada situação. Isto significa que não é todo policial militar que sofrerá do exemplo acima caso exposto ao endividamento. Também é relevante salientar que, a soma deste fator estressante a outros típicos da profissão militar, poderá levá-lo a desencadear alguns problemas de saúde, como argumenta Kim et al. (2006).

Garman et al. (1996) corroboram que estes efeitos podem ser potencializados na ocorrência simultânea de fatores estressantes. Os autores elencam fatores que combinados podem culminar no estresse financeiro: gastar mais do que se ganha; contratação demasiada de crédito; uso descontrolado do limite do cartão de crédito; estar sem dinheiro para despesas básicas; não possuir fundo de emergência para eventualidades; contas vencidas; muitos financiamentos e

empréstimos; avisos de cobrança; ter nome sujo na praça; necessitar de empréstimos para quitar instituições financeiras ou para pagar despesas do dia a dia; entre outros.

A partir da informação acima, pode-se concluir que apenas uma situação pode gerar o estresse no trabalho ou a concomitância de várias delas, também pode culminar no mesmo quadro de estresse.

Portanto, é responsabilidade da Instituição Polícia Militar observar o nível de estresse entre seus profissionais e os fatores causadores, dada a complexidade das atividades desenvolvidas e os reflexos gerados nas suas ações rotineiras. Sobre o estresse no ambiente de trabalho, Robbins (2005, p. 438), fala que “O estresse é uma condição dinâmica na qual um indivíduo é confrontado com uma oportunidade, limitação ou demanda em relação a alguma coisa que ele deseja e cujo resultado é percebido, simultaneamente, como importante e incerto”.

Ainda sobre o estresse financeiro, com ênfase nos seus reflexos, Vecchio (2008), disserta que:

A diminuição da capacidade tem sua ligação com o esgotamento, que assim como estresse geram reações difíceis e exaustivas, extenuando assim as energias. Onde seu principal sinal é a sensação de perda das forças e fadiga, que geralmente atingem pessoas com alto grau de consciência e que trabalham no auxílio aos demais, como agentes de saúde, professores, policiais militares e agentes sociais.

Como se pode observar, o policial militar trabalha no limite entre a legalidade e ilegalidade, e a influência dos estressores interfere no seu controle e autonomia. Como este militar na sua incorporação foi ensinado a ter dedicação à instituição, cumprir com os regulamentos e defender a sociedade com o sacrifício da própria vida, a violação destas condutas, devido aos fatores estressores, nem sempre é compreendida pela Corporação.

Como visto, a Corporação Polícia Militar do Maranhão, tem parcela fundamental na formação continuada do seu profissional e no desenvolvimento de políticas internas para o bem-estar social, e conseqüentemente, qualidade de vida.

Após definidas as características e fatores geradores do estresse financeiro, será analisado a influência direta desse estressor ao policial militar. Pois, como resultado ao profissional, o indivíduo pode apresentar atrasos, problemas com colegas de trabalho, queda da produtividade, baixa estima, problemas com álcool e drogas, depressão e problemas conjugal, segundo Kim et al (2006).

3.4 A influência do estresse financeiro na ação Policial

Como apresentado anteriormente, as consequências para o policial militar podem ser danosas, mas também, a propagação da oferta de crédito, buscando o servidor público, também tem causa no aumento de sua incidência. Sobre isso, Andrade (2012, p.16) revela que:

No Brasil, tal questão tende a ser cada vez mais estudada e debatida, pois nos últimos anos o país vem experimentando um aumento na complexidade de seu sistema financeiro. A abundante oferta de crédito, por exemplo, tem causado um propalado incremento no bem-estar dos indivíduos. Todavia, se esses financiamentos/empréstimos forem utilizados de maneira inadequada, potencializarão as chances de se verificar cada vez mais casos de estresse ligado às finanças pessoais.

Qual seria, então, a solução para esse cenário? Este mesmo autor aponta como possível saída a Educação Financeira, por minimizar os efeitos negativos do mercado financeiro, além de que “a educação financeira pode resultar em hábitos mais saudáveis por parte dos colaboradores, refletindo em uma provável diminuição dos casos de estresse financeiro e consequente melhora na produtividade das empresas” (ANDRADE, 2012, p.16).

Sobre a influência do estresse financeiro para o Policial Militar, Pereira (2013, p. 38) versa o seguinte:

O policial militar possui família, despesas fixas, despesas extras que irão ser sanadas pela renda mensal do militar e muitas vezes estas tornam-se comprometidas pela falta de gerenciamento financeiro. A partir desta situação, a saúde financeira do policial militar, estará fortemente debilitada. Com isso poderão surgir problemas psicológicos, organizacionais, sociais e conjugais que abalam a qualidade de vida do policial militar, que afetarão sua produtividade no trabalho durante o serviço. Dentre estes problemas estão: estresse, a ansiedade, o cansaço, a preocupação e o medo de não poder suas dívidas, bem como as consequências tanto na sua vida como a de suas famílias.

Por outro lado, os problemas financeiros como fator estressante na ação policial podem ser danosos. É importante ressaltar que o estresse desencadeia reações fisiológicas e psicológicas de modos distintos. Àqueles que estão com uma carga excessiva de estressores desencadeados por diversos problemas, entre eles o financeiro, a resposta reativa do organismo pode ser imprevisível. Sobre este tema, Sabino e Santana (2012, p. 2) discorre que:

Em determinadas pessoas, as reações ao estresse podem desencadear desequilíbrios em órgãos mais sensíveis, podendo causar o que é chamado de “órgãos de choque”. Durante algum tempo, acreditou-se que essas reações ao estresse desencadeavam uma situação específica chamada de “doença psicossomática”, o que atualmente se denomina de “ transtorno somatoforme”

Sobre os sintomas do estresse percebidos no indivíduo, estes podem ser tanto físicos quanto psicológicos e, em ações policiais rotineiras são mais sensíveis devido à tensão laboral a que estão exposto. Lipp (1998) enumera alguns desses sintomas como mãos frias, problemas com a memória, boca seca, impossibilidade de trabalhar, pesadelos, nó no estômago, dúvida quanto a si próprio, enxaqueca, mudança de apetite, diarreia, dificuldades sexuais, aumento súbito de motivação, entusiasmo súbito, músculos tensos, vontade de fugir de tudo, problemas dermatológicos, apatia, depressão ou raiva prolongada, insônia, aumento de sudorese, náusea, má digestão, tiques, hipertensão arterial, pensar continuamente em um assunto, tédio, irritabilidade excessiva, taquicardia, angústia ou ansiedade, excesso de gases, tontura, hipersensibilidade emotiva, perda do senso do humor, aperto da mandíbula ou ranger dos dentes.

Como decorrência da afetação do campo emocional do policial sob estresse, “é possível que ocorram os sentimentos de raiva e agressão, [...] e timidez, prudência, ousadia e outros comportamentos no mundo externo”. (SABINO e SANTANA, 2012, p. 3)

Em específico sobre a profissão militar, Sabino e Santana (2012, p. 4) alerta que:

[...] pela natureza do trabalho, expõe o profissional a constantes desgastes físico, mental e emocional em sua prática profissional diária. A atuação em ambiente desumano, complexo e hostil estão entre os fatores que contribuem para este fenômeno.
A convivência diária com a injustiça social, violência urbana e, sobretudo, com o risco de matar ou morrer no atendimento a ocorrências, influencia consideravelmente o comportamento, as decisões e a forma de ver, ouvir e entender as realidades da vida

Segundo Selye (1996 *apud* SABINO e SANTANA, 2012, p. 5), “o trabalho Policial é uma das ocupações mais estressantes quando comparado a outras atividades, sendo que os policiais apresentam diversas doenças relacionadas ao estresse da prática profissional”

Durante a atividade laboral do policial militar, este se imerge em alta taxa de adrenalina como estado de defesa do organismo para estar sempre pronto a agir. Ou seja, é um estado de tensão que cresce “à medida que aumenta o nível de vigilância e de expectativa, passando a estar pronto para agir a qualquer instante de maneira enérgica” (SABINO e SANTANA, 2012, p. 5). Em outras palavras, o policial permanece em constante tensão e, como consequência, altera “seu padrão normal de pensar e agir” (SABINO e SANTANA, 2012, p. 5).

Como anteriormente discorrido, os problemas financeiros podem surgir na vida de um indivíduo como fator estressante. Em efeito análogo aos outros tipos de estresses, os sintomas percebidos do estresse financeiro também podem ser os mesmos. Como consequência, a produtividade profissional do policial militar sofre interferências e no produto final de sua ação à sociedade, está agregado a ansiedade, frustrações, raivas, agressões, insensibilidade, entre outras.

Por outro lado, existem instituições preocupadas com o bem-estar do seu policial e desenvolvem políticas internas para a efetivação desses programas. Sabino e Santana (2012, p. 7), afirmam que “algumas corporações preocupadas com a quantidade avassaladora dos problemas de ordem física e mental, e, sobretudo, procurando zelar pela imagem e a qualidade do serviço tem procurado criar programas de prevenção ao estresse”. Apesar de ser um problema corriqueiro entre os policiais, ainda é um assunto sensível e motivo de resistência entre esses profissionais. Justamente por este motivo, os policiais “não admitem a existência de problemas emocionais e não precisam de ajuda (SABINO e SANTANA, 2012, p. 7).

4 ESTRUTURA IDEAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

As dificuldades financeiras são ocasionadas, normalmente, quando as despesas ultrapassam as receitas e, deste modo, o planejamento familiar torna-se fundamental no processo de controle interno, pois contribui para determinar prioridades.

Barbosa, Silva e Prado (2012) afirmam que uma boa maneira de se organizar financeiramente quanto aos gastos é construir uma planilha de despesas que forneça informações úteis sobre a real situação financeira atual, revelando assim se os gastos são abrangidos pelo salário. Este mesmo autor informa que as descrições relativas às receitas e aos gastos devem ser transformadas em números e colocadas em prática. Seguindo estas orientações, o orçamento será conhecido e o equilíbrio financeiro poderá ser obtido.

A partir da afirmação anterior pode-se alegar que o planejamento leva à obtenção de uma disciplina de gastos, racionalização do uso sadio do dinheiro, prevenção de emergências, e um planejamento para a aposentadoria.

Um ponto importante deste tópico é quebrar um paradigma sobre o estar bem-sucedido financeiramente mesmo não recebendo um alto salário. Segundo Cerbasi (2004) a construção de um padrão de vida confortável não depende do que se ganha, mas sim da maneira como se gasta sendo possível sim o acúmulo de riquezas mesmo não possuindo uma renda alta. Corroborando com esta afirmação, Barbosa, Silva e Prado (2012) infere que a pessoa financeiramente educada consegue administrar sua renda de forma coerente com suas necessidades e possibilidades econômicas, reduzindo os riscos e aproveitando oportunidades de poupança e investimentos que possam surgir.

O policial militar para alcançar um nível adequado de Educação Financeira, precisa seguir algumas regras que desenvolverão seu perfil econômico e controle financeiro. Para o desenvolvimento deste perfil, o militar terá que contar com uma disciplina pessoal, apoio familiar e corporativo.

Cerbasi (2012, p. 84-88) em seu estudo sobre “Como organizar sua vida financeira”, apresenta alguns conselhos para se atingir um estado confortável de equilíbrio financeiro representado na tabela abaixo:

QUADRO 03: Como organizar sua vida financeira

<p>Construa um bom perfil de crédito</p>	<p>O limite do cheque especial. Ter um limite volumoso é sinônimo de bom histórico de relacionamento bancário. Usar esse limite frequentemente, porém, denuncia mal-uso das oportunidades e que, por isso, não merecem mais crédito. Outra interpretação é a de que, para acessar novas oportunidades de crédito, deve-se compensar o risco elevado assumido pela instituição financeira, pagando bem mais por isso.</p> <p>Com o cartão de crédito não é diferente. Contar com ele para cobrir a falta de dinheiro ao final do mês fará do usuário um excelente cliente da operadora de cartões, em termos de resultado. Esse cliente, porém, jamais terá acesso a privilégios, como juros reduzidos, limites maiores ou ilimitados, seguros gratuitos e acúmulo de milhagens.</p>
<p>Prefira financiamentos a empréstimos</p>	<p>Diante da necessidade de recursos, resolva o problema por meio de financiamentos, antes de recorrer aos empréstimos. A burocracia para contratação é maior, mas o resultado desse esforço será medido pela economia no custo total da operação.</p>
<p>Substitua as dívidas</p>	<p>Se chegar a seu conhecimento alguma modalidade de crédito que se mostre mais barata e vantajosa do que a que está utilizando atualmente, aja imediatamente e verifique o que precisa ser feito para que uma modalidade substitua a outra.</p>
<p>Venda um bem para quitar a dívida</p>	<p>Verifique antes se você não tem condições de vender algum bem ou se desfazer de um investimento. Analise, inclusive, a possibilidade de vender sua casa, usar parte do dinheiro para quitar a dívida e parte do dinheiro deixar investido, morando de aluguel, ou, então, oferecer uma entrada e comprar outra casa financiada. Outra opção é vender o carro e comprar outro de menor valor, financiado; assim, você pode usar parte do valor da venda do carro para quitar a dívida e parte para dar entrada na compra de um carro mais barato por meio de um financiamento, pagando juros saudáveis nessa estratégia.</p>
<p>Estude as alternativas de crédito</p>	<p>Não desfrute da primeira oportunidade que chegar a suas mãos. Normalmente, o crédito mais fácil é também o mais caro.</p>
<p>A parcela cabe no bolso?</p>	<p>Um dos mais importantes exercícios de consciência ao contratar o crédito é analisar o preço extra a pagar pela opção de comprar algo antes de ter dinheiro para isso. Para saber quanto custa a antecipação de uma</p>

	<p>vontade ou necessidade de consumo, some todas as prestações e demais obrigações.</p> <p>O valor total, maior do que o preço de aquisição à vista do que pretende comprar, embute esse custo de oportunidade. Com esse raciocínio, se descobre que financiar um automóvel em cinco anos ou uma casa em vinte e cinco anos pode ser grande bobagem, pois o preço de aquisição do bem chega a dobrar ou triplicar, respectivamente.</p>
<p>Quanto ao prazo de financiamento</p>	<p>Evite assumir um compromisso que se estenda por um prazo maior do que o necessário para dar manutenção ao que você comprou. Quando especialistas recomendam não assumir prazos de financiamento de automóvel maiores do que 36 meses, o motivo é simples: três anos após a compra, um automóvel novo começa a exigir a reposição de itens caros como pneus, escapamento e amortecedores.</p> <p>Uma casa deveria ser quitada em até dez anos, para viabilizar as necessárias reformas.</p>

FONTE: O autor, adaptado de Cerbasi (2012, p. 84-88)

Após analisado e seguido as dicas contida na tabela acima, o indivíduo estará consciente do seu momento financeiro e, caso se enquadre em um estado de descontrole econômico, saberá o que fazer. Por outro lado, a pessoa que está controlada financeiramente, antes de contrair uma dívida, terá a mentalidade crítica para analisar todo seu cenário econômico. Por fim, Cerbasi (2012, p. 88) dar mais uma orientação para o controle financeiro:

Existem três perguntas que devem ser feitas a cada decisão de consumo: Eu realmente quero? Eu realmente preciso? Eu realmente posso? Se essas três perguntas forem feitas a você mesmo, talvez o impulso de consumo seja diluído pela reflexão racional sobre o que realmente importa para você. Se o item ou serviço a ser adquirido não é necessário ou não agrega muito a sua felicidade, deixe o financiamento de lado. Passe a poupar para comprar à vista ou com financiamento mais barato daqui a alguns meses.

Finalmente, percebido a influência do estresse financeiro na vida do profissional de segurança pública, entendido a relevância do controle financeiro para estabilização econômica do indivíduo, o próximo momento será compreender o papel da Instituição Militar na educação Financeira dos seus policiais.

4.1 Papel da Instituição Policial Militar na Educação Financeira

A função social da Polícia Militar estar além do estabelecido no Art. 144 da CF/88:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: (EC nº 19/98)

[...]

§ 5º As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Atualmente, as polícias militares dos Estados estão tomando um papel mais ativo na sociedade e na vida dos seus profissionais. Garantir o bem-estar social, dentro e fora da caserna, tem tomado dimensões expressivas por meio de programas sociais aos seus colaboradores e familiares, desta forma, a sociedade tem se beneficiado com o produto final da segurança, a prevenção do delito.

Um militar orientado e valorizado no seu ambiente de trabalho, desenvolve um serviço de qualidade à população. Esta valorização tem partido das instituições por meio de atividades voltadas ao seu profissional, e conforme Fleury e Fleury (2001 *apud* ANDRADE, 2012, p.18) estas buscam desenvolver competência em seus profissionais como “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”.

Ainda segundo Domingos (2013, p. 1) “[...] se a situação financeira de um colaborador não está equilibrada, a sua motivação não será a mesma no trabalho, o que acaba perturbando o bem-estar do indivíduo e interferindo em sua produtividade”.

A Polícia Militar do Maranhão vem caminhando a passos acelerados, mas ainda tem muito que evoluir em relação a outras polícias militares como a de São Paulo. Nos últimos tempos, a Diretoria de Ensino tem coordenado e disponibilizado cursos de reciclagem aos seus militares, tanto presenciais quanto na plataforma Ead, porém ainda não há cursos e palestras voltadas para a Educação Financeira.

Kim e Garman (2004 *apud* ANDRADE, 2012, p.18) orientam que as empresas ofereçam educação financeira no ambiente de trabalho para ajudar os seus

profissionais a lidar com suas finanças. Como resultado positivo, os autores afirmam que a educação financeira pode melhorar os índices de absenteísmo e reduzir o estresse financeiro.

Portanto, a Polícia Militar possui o ambiente fértil e ideal para desenvolver políticas de Educação Financeira junto aos seus profissionais por meio das suas escolas de formação, palestras promovidas em períodos pré-determinados e cursos oferecidos através da plataforma Ead.

Não obstante, a Polícia Militar poderá desenvolver políticas sociais por meio de palestras sobre planejamento financeiro, em escolas públicas e ao público civil. Desta forma estará exercendo a função de polícia preventiva e aproximando a sociedade ao seio da Corporação, ou seja, sendo Polícia Comunitária.

Acerca da eficácia destes cursos e palestras sobre Educação Financeira, Garman *et al.* (1999 *apud* ANDRADE, 2012, p.20) revelam que:

“91% dos participantes de seus cursos concordaram que palestras sobre educação financeira deram a eles as informações que eles queriam. Já 75% responderam que tomaram melhores decisões financeiras desde que começaram a frequentar os cursos sobre finanças pessoais na empresa: sentiam-se mais confiantes. E que 65% disseram que a situação financeira melhorou devido à educação financeira obtida no ambiente de trabalho.

Portanto, é evidente os benefícios da promoção da Educação Financeira dentro da Polícia Militar do Maranhão para seus profissionais e o ganho produtivo para a sociedade.

Para que a instituição da Polícia Militar do Maranhão se adeque aos parâmetros que norteiam a Educação Financeira dentro das organizações, é necessário observar as orientações contidas na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico:

1. A Educação Financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses [...].
2. Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país [...].
[...]
7. O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.

8. A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam.

[...]

10. A Educação Financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo, o quanto antes.

[...] (OCDE, 2006, p. 1)

Como se observa, é notório que a Educação Financeira é papel de todos os atores na condução de uma sociedade estável e equilibrada. Em outras palavras, não cabe apenas aos próprios indivíduos a construção de uma economia forte e sólida, mas deve haver grande participação das instituições de ensino, dos órgãos governamentais e da iniciativa privada para propagação do conhecimento financeiro.

A Polícia Militar do Maranhão, a partir dos entendimentos acima expostos, possui importante papel para a formação profissional, moral e ética dos seus integrantes. Uma peculiaridade da Polícia Militar é que, para fazer parte do seu quadro efetivo de servidores, deve-se passar primeiro em um concurso público e demais etapas eliminatórias e, por fim, por um curso de formação. Enfim, não são todas as instituições públicas ou privadas que submetem os seus servidores a um curso de formação antes da contratação efetiva dos mesmos.

Dentro do curso de formação policial militar há o terreno adequado para propagação de todos os conhecimentos técnicos para uma vida profissional sadia. Algo que poderia ser seguido nos cursos de formação da PMMA é a inclusão de palestras e cursos voltados a educação financeira ainda nas escolas militares, aos moldes como ocorrem nas Forças Armadas, como exemplo: Instituto Militar de Engenharia - IME, Escola de Sargentos das Armas - EsSA, Academia Militar Agulhas Negras - AMAN, Escola de Sargento de Logística - EsSLog, etc.

Esta inclusão da educação financeira dentro das escolas militares das Forças Armadas faz parte da adequação da sua grade curricular aos parâmetros da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), através do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Art. 2º A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

I – Atuação permanente e em âmbito nacional;

- II – Gratuidade das ações de educação financeira;
- III – prevalência do interesse público;
- IV – Atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V – Centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
- VI – Formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas.

Após a criação deste decreto federal, as Forças Armadas, através de suas ações militares de abrangência em todo o território nacional, servem de peça estratégica para operacionalização da propagação da educação financeira.

Ademais, esse grupo atua em áreas remotas, de difícil acesso, do território nacional, como região amazônica e áreas de fronteira possibilitando as disseminações das ações da ENEF por intermédio da ação de militares como multiplicadores.

Nos contatos com o ministério da defesa foram identificadas as seguintes ações para serem desenvolvidas e executadas com as Forças Armadas:

Elaborar cursos de gestão de finanças pessoais, na modalidade presencial para a formação de multiplicadores. Esses multiplicadores atuarão em cursos presenciais e como tutores em eventos de capacitação a distância.

Ministrar cursos de gestão de finanças pessoais na modalidade de ensino a distância com acesso para os militares e seus dependentes.

Promover palestras e seminários sobre temas de educação financeira, no Ministério da Defesa, na Escola Superior de Guerra, nos comandos militares de área e outras escolas militares. (BRASIL, 2010, p. 114)

Como se bem sabe, não há como se fazer política de propagação de conhecimentos se no seio da instituição isto não estiver enraizado. O Exército Brasileiro, dentro das suas escolas de formação e, inclusive para seu efetivo profissional já formado, promove cursos e palestras sobre Planejamento Financeiro Familiar. O primeiro passo dado por esta Instituição Militar foi a criação do Programa de Educação Financeira em maio de 2007, anterior ao Decreto Federal mencionado acima.

Da mesma forma, a conscientização dos policiais militares do Maranhão sobre a importância da Educação Financeira dentro das Escolas de Formação, como a Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias - APMGD e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP, além da promoção de palestras e cursos ao efetivo já formado, capacitaria seus profissionais a obter controle em finanças pessoais e, como consequência, uma maior qualidade de vida.

5 METODOLOGIA

O método científico é o caminho que deve ser percorrido em busca de um objetivo. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 85):

[...] o método é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Segundo Oliveira (2002, p. 57), o método científico é “Uma forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, quer seja para estudá-lo, quer seja para explicá-lo.

As dúvidas e questionamentos são a mola propulsora para a busca de respostas, primordialmente por meio de observações. Tais métodos diferenciam-se não apenas pela sistemática envolvida, mas em particular pela forma de abordagem do problema de pesquisa.

A abordagem da pesquisa foi a Qualitativa e Quantitativa. A preferência pelos modelos mistos procura adotar vários métodos para apreciação do objeto da pesquisa, por meio da comparação dos dados obtidos através das abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas.

o emprego conjunto dos métodos traz certos benefícios como: a possibilidade de controlar vieses (pela abordagem quantitativa) e compreensão dos agentes envolvidos no fenômeno (pela abordagem qualitativa); identificação de variáveis específicas (pela abordagem quantitativa) e visão global do fenômeno (pela abordagem qualitativa); complementação de um conjunto de fatos e causas oriundos da abordagem quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade; enriquecimento das constatações obtidas em condições controladas com dados obtidos no contexto natural. (DUFFY *Apud* BONFIM *et al*, 2015, p.70)

Portanto, uma pesquisa fortalecida nas características mistas quanto a abordagem “[...] só tem a ganhar a avaliação qualitativa que souber se cercar inteligentemente de base empírica, mesmo porque qualidade não é a contradição lógica da quantidade, mas a face contrária da mesma moeda” (DEMO, 2002, p.35).

Segundo Vergara (2011, p.50), a pesquisa pode ser classificada quanto aos objetivos como explicativa porque “tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos. ” Tentará explicar as raízes de um fenômeno. Será também

aplicada, pois “é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos ou não. Tem, portanto, finalidade prática”.

Vergara (2011, p.46) também classifica a pesquisa quanto aos procedimentos, entre outras, como bibliográfica e documental por ser “o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

QUADRO 04: Pesquisa de Campo

Pesquisa de campo	<p>Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem. As pesquisas de campo subdividem-se em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantitativo-descritivas: <ul style="list-style-type: none"> - Usam artifícios quantitativos para coleta sistemática de dados sobre populações, programas ou amostras; - Podem usar entrevistas, questionários, formulários e outros • Exploratórias: <ul style="list-style-type: none"> - Sua finalidade é desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente/fato ou fenômeno para realizar pesquisa futura, clarear ou modificar conceitos; - Podem ser realizadas descrições quantitativas ou qualitativas. • Experimentais: <ul style="list-style-type: none"> - O objetivo é testar hipóteses que dizem respeito a uma relação de causa-efeito. - estão incluídos aqui: grupo-controle, amostra probabilística e definição de variáveis independentes.
-------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FONTE: Vianello (2013, p.33)

Após fazer o levantamento bibliográfico da pesquisa, a coleta de dado será pela pesquisa de campo, que segundo Vianello (2013, p.64) é considerado uma etapa bastante crítica. Este mesmo autor aponta várias características como descrito no quadro anterior:

Este estudo foi realizado entre os diversos batalhões de polícia situados na cidade de São Luís, buscando uma amostra significativa para coleta de dados.

Acerca do Universo e Amostra, Vergara (2011, p.48) afirma que “população é um conjunto de elementos que possuem as características que serão estudadas”, neste caso, esta pesquisa que percorre por todos os postos e graduações da corporação, será aplicada aos policiais da grande ilha de São Luís.

A população amostral segundo Vergara (2011, p.48), “é uma parte do universo, sendo classificada em dois tipos: probabilística e não probabilística”. Neste

trabalho a amostra será não probabilística por conveniência, ou seja, é a menos rigorosa, o pesquisador apenas obtém os elementos a que tem maior facilidade de acesso.

Dentro do explanado, o Universo desta pesquisa são de 6.022 policiais militares lotados em 15 UPMs da capital São Luís. A população amostral da pesquisa é de 553 policiais, que confere a esta pesquisa um nível de confiança de 95%, com margem de erro de 4%.

No que tange a coleta de dados, adotou-se a observação direta intensiva para obtenção dos dados através de aplicação de questionário.

Para obtenção dos dados necessários a identificar o perfil dos policiais militares, foi realizada um questionário entre os policiais da PMMA. Os resultados obtidos ajudarão a subsidiar estratégias de melhora na qualidade de vida e programas de educação financeira. Foi aplicada uma pesquisa quantitativa por meio de um questionário objetivo, entre os meses de agosto e outubro, via Google Formulários como facilitador do processo.

Conforme preconiza Marconi e Lakatos (2003, p. 231), “os dados serão apresentados de acordo com sua análise estatística, incorporando no texto apenas as tabelas, os quadros, os gráficos e outras ilustrações estritamente necessárias à compreensão do desenrolar do raciocínio. ”

Portanto, o tratamento dos dados será ratificado por meio das evidências a que se chegou via pesquisa. Desta forma técnica, as correlações entre os dados adquiridos constituem embasamento para a constatação das hipóteses apresentadas.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

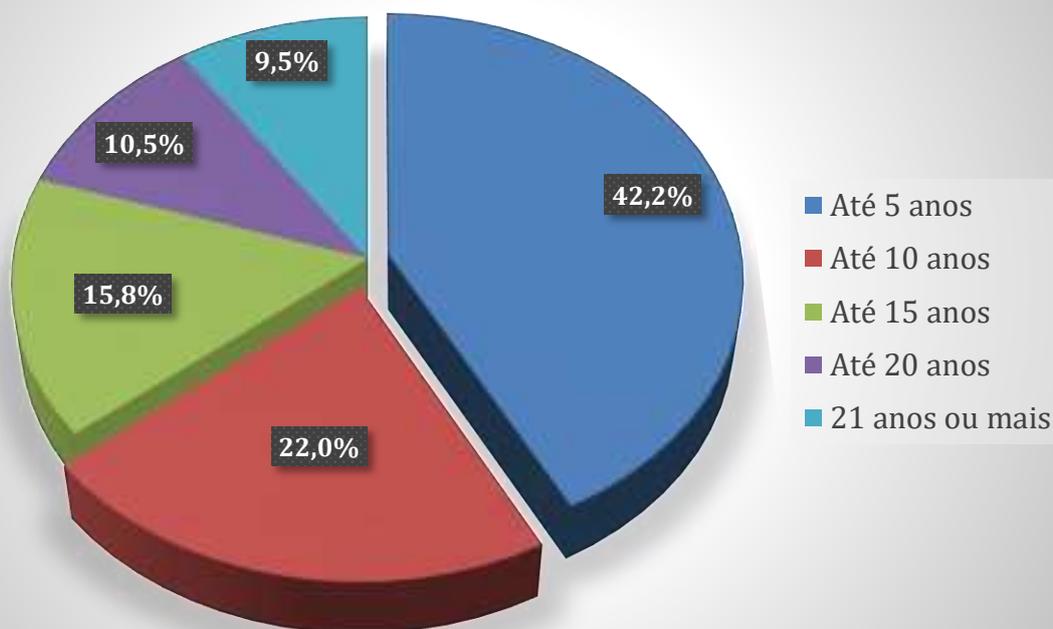
Os dados aqui relatados são frutos de 553 questionários aplicados nas UPMs durante os meses de agosto a outubro, para um público misto de policiais, visando a maior homogeneidade dos resultados. Com base nos dados obtidos, o problema apresentado e os questionamentos levantados no início desta pesquisa, serão discutidos e analisados gráfico a gráfico.

O primeiro indagamento do questionário foi sobre a faixa de idade, para identificar a tropa como jovem, intermediária ou velha. Isso reflete na carga de experiência que ela carrega. O resultado foi o seguinte:



FONTE: O Autor

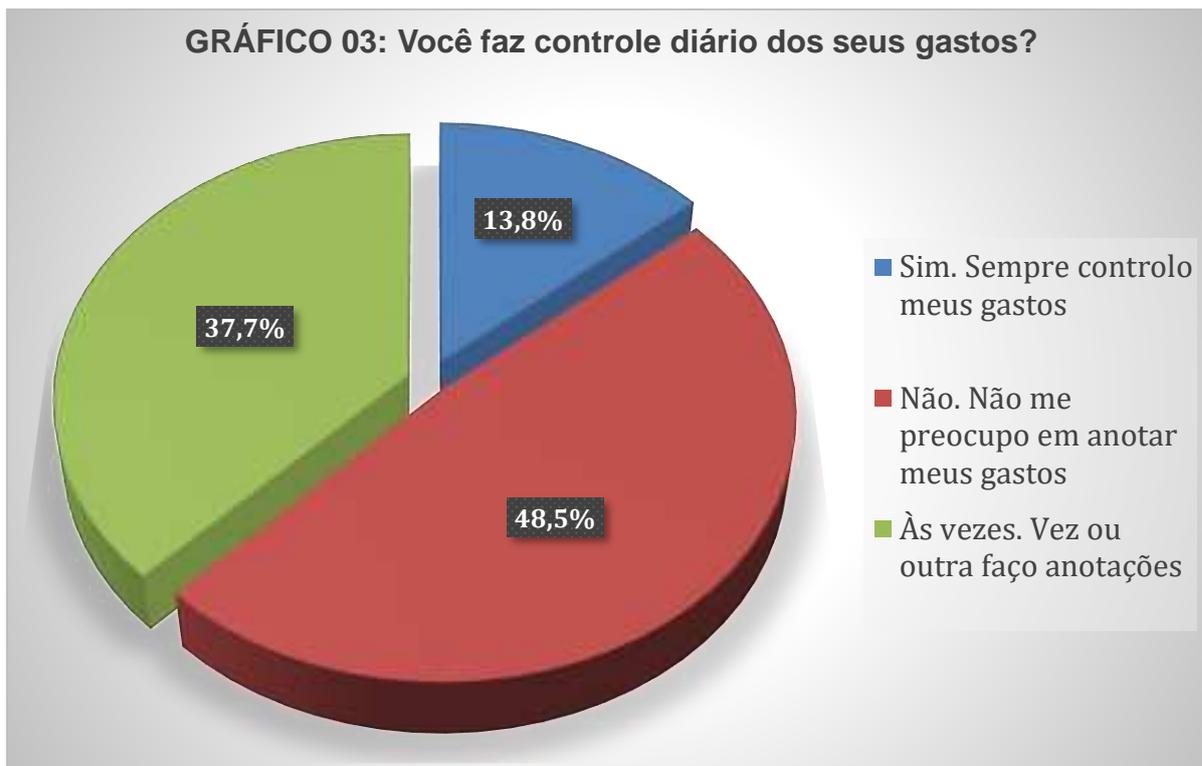
No levantamento realizado, 7,3% se encontram na faixa até 20 anos, 52,1% possui entre 21 e 30 anos, 29,9% entre 31 e 40 anos e apenas 10,7% estar acima de 41 anos. Portanto ficou comprovado ser uma tropa JOVEM, isso se explica muito devido as últimas turmas de formações, sendo o concurso promovido em 2012 a responsável pela maior convocação da história da PMMA.

GRÁFICO 02: Você possui quantos anos na PMMA?

FONTE: O Autor

Outro dado relevante foi o tempo de serviço na Polícia Militar. Os dados obtidos foram os seguintes: 42,2% responderam possuir até 5 anos, 22% até 10 anos, 15,8% até 15 anos, 10,5% até 20 anos e 9,5% responderam ter mais de 20 anos de serviço na PM.

Cruzando os dados entre o GRÁFICO 1 e o GRÁFICO 2, percebe-se que a tropa da ilha de São Luís é oriunda, em grande parte, dos concursos de 2000 a 2012. Ou seja, uma tropa relativamente madura, composta, em 80% dos pesquisados, por militares com até 15 anos de serviço.

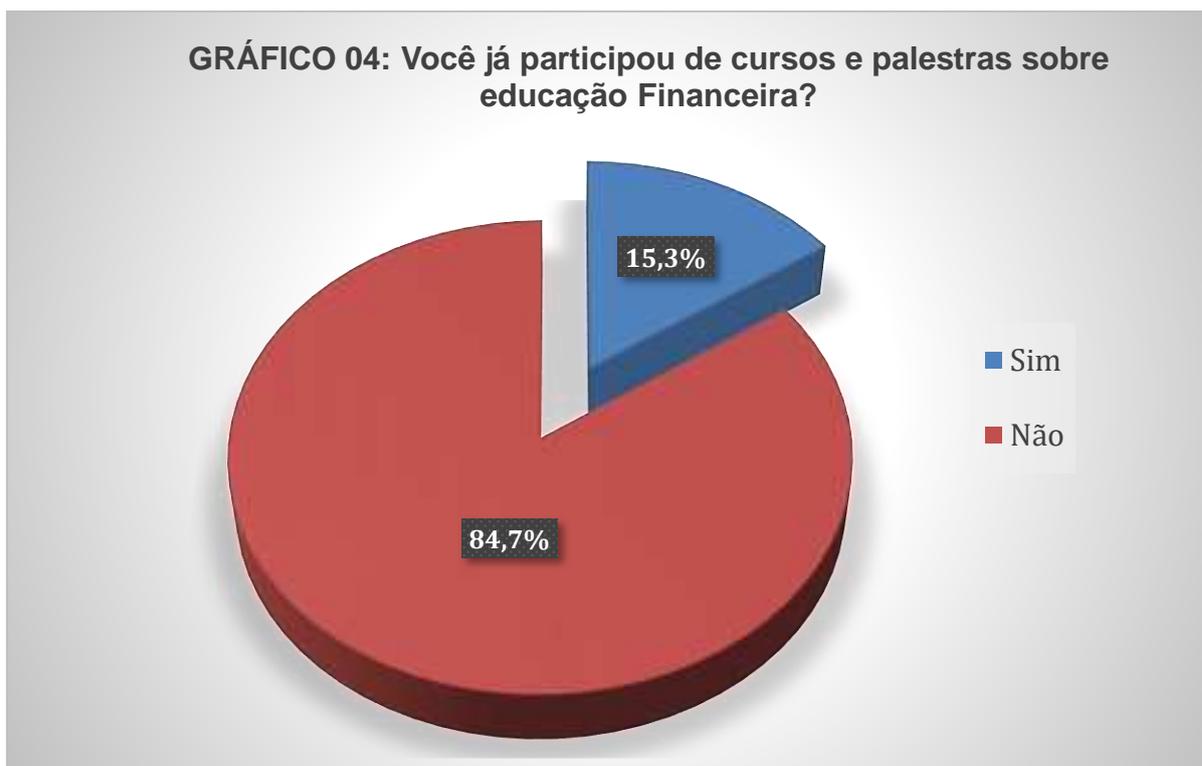


FONTE: O Autor

Neste gráfico, os dados obtidos revelaram que 13,8% sempre faz um controle diário de seus gastos, enquanto que 86,2% o faz esporadicamente ou nunca o faz. O controle diário dos gastos tem sua relevância para a disciplina financeira, deste modo, o indivíduo que fiscaliza seus gastos, dificilmente se endividará.

Em suma, o que se pode concluir no GRÁFICO 3 é que a maior parte da tropa não possui uma disciplina financeira e estar fadada ao possível endividamento.

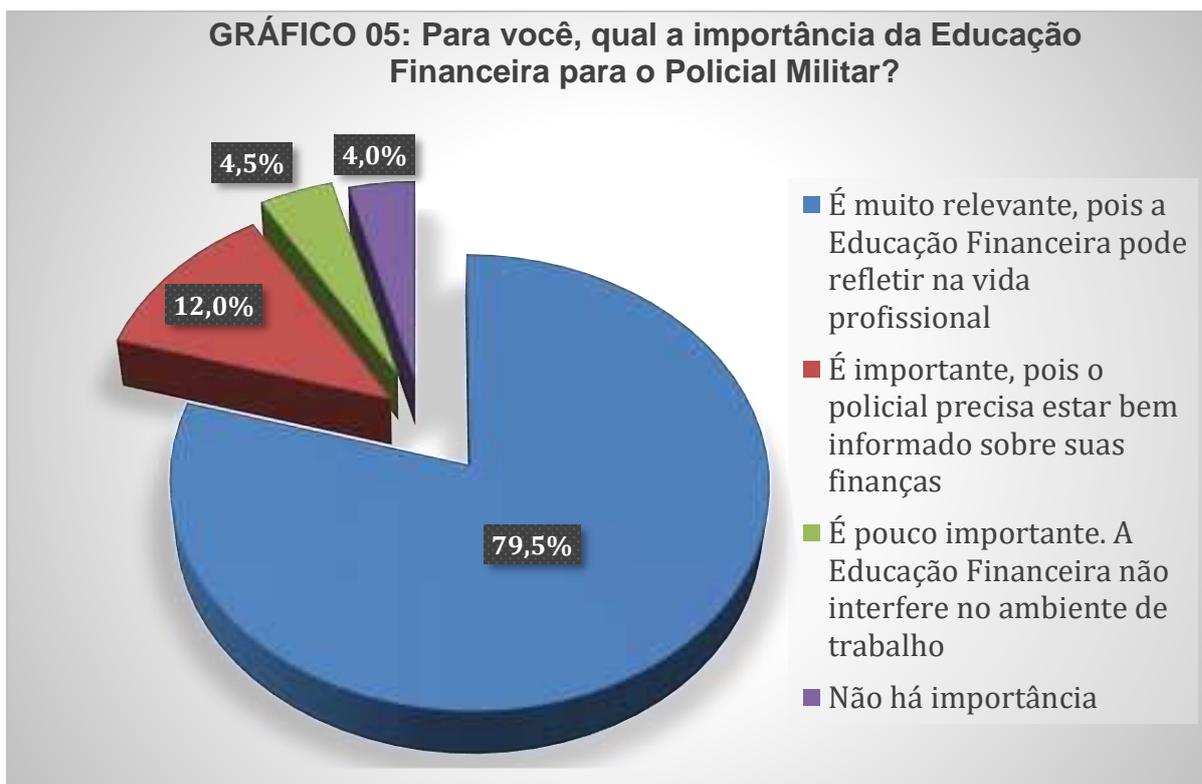
A terceira pergunta foi introdutória ao tema desta pesquisa, se os pesquisados tomavam nota diariamente dos seus gastos. De forma genérica, os dados obtidos são um termômetro para uma análise inicial da Educação Financeira dos policiais militares. A partir desta, serão feitas abordagens mais específicas para aprofundar o diagnóstico e ter dados mais próximos da realidade que respondam ao questionamento proposto.



FONTE: O Autor

No gráfico acima, a finalidade era conhecer o índice de profissionais habilitados a controlar suas finanças, por meio de cursos e palestras acerca do tema Educação Financeira.

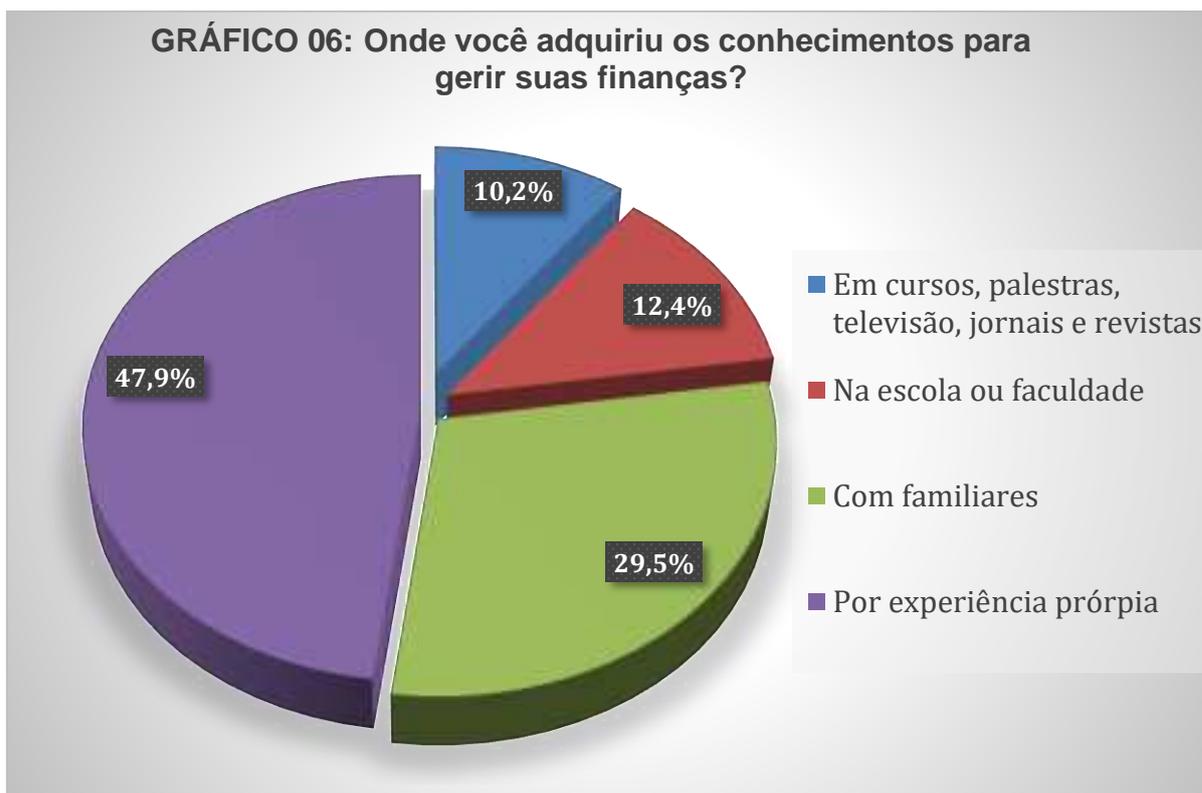
Os dados obtidos foram que, 15,3% realizaram cursos e palestras, enquanto 84,7% disseram que nunca participaram. Cursos e palestras são meios orientadores de alguém obter conhecimento sobre certo assunto, neste caso finanças. Como cursos de planejamento financeiro geram custos aos interessados, uma das formas de alcançar esse público carente deste conhecimento, é a implantação de palestras nos cursos de formações, na plataforma Ead e periodicamente nos Batalhões.



FONTE: O Autor

No gráfico acima, foi questionado a relevância da Educação Financeira para o Policial Militar: 79,4% responderam ser muito relevante, pois reflete na própria vida profissional; 12% falaram ser importante, porque o policial apenas precisa conhecer suas finanças; 8,4% afirmaram ser pouco importante, por não interferir no ambiente de trabalho ou não ser importante em nada.

Como confirmado, os pesquisados reconhecem a importância do assunto para sua vida pessoal e os possíveis reflexos na profissional.

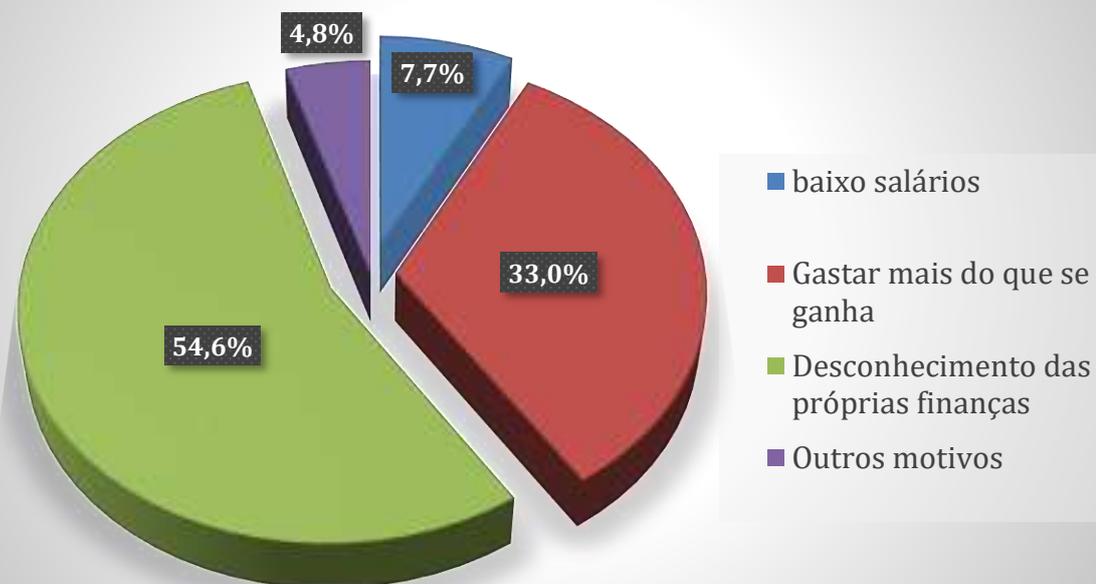


FONTE: O Autor

Um ponto importante, é diagnosticar a fonte dos próprios conhecimentos sobre finanças: 10,2% afirmaram ter adquiridos estes conhecimentos por meio de cursos, palestras, televisão, jornais e revistas; 12,4% tiveram contato com gestão financeira na escola ou faculdade; 29,5% com os familiares; e, por fim, porém mais preocupante, foi que 47,9% obtiveram por experiência própria.

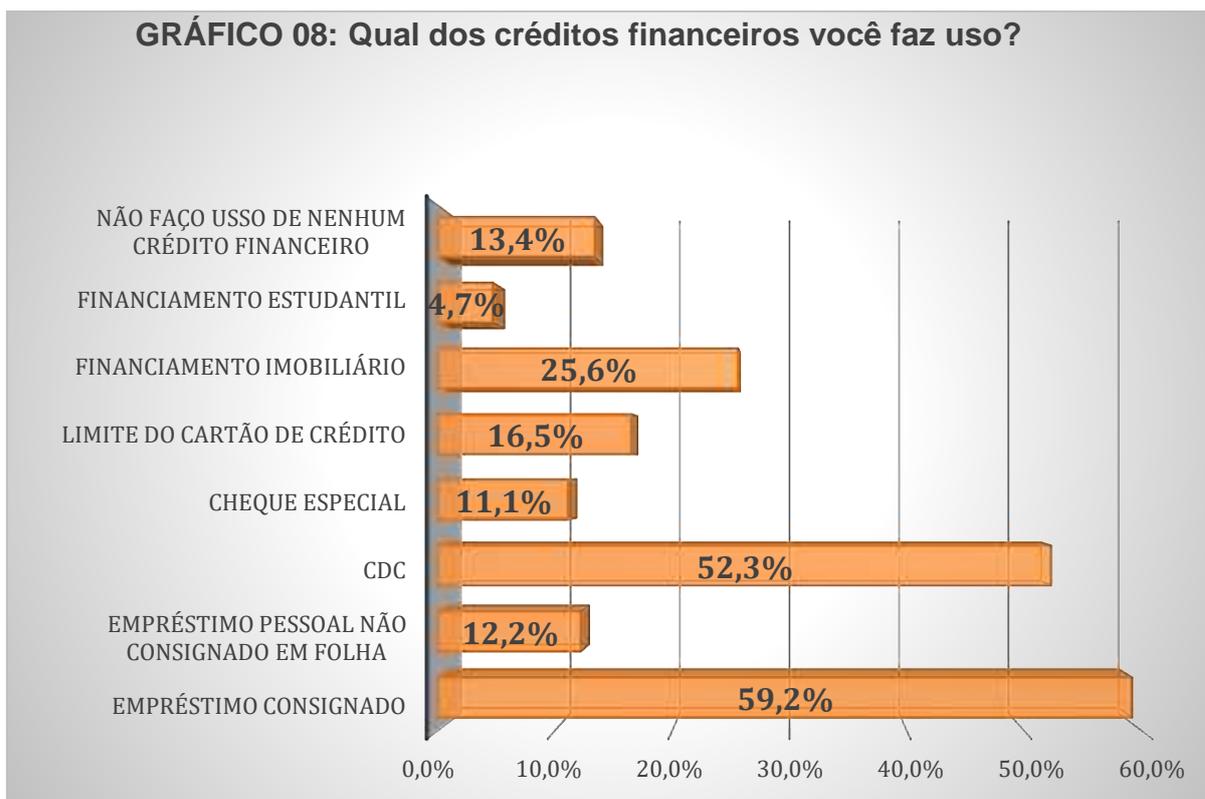
Este último dado é tido como preocupante por ser na base da tentativa acerto e erro. O indivíduo que se encontra nesse patamar de educação conta com a sorte na gestão de suas finanças o que é bastante arriscado em vista dos problemas que podem gerar.

GRÁFICO 07: Você acredita que as dificuldades financeiras vivenciadas por policiais militares são gerados devido a(o):



FONTE: O Autor

Como constatado acima, os policiais culpam como maiores responsáveis pelas suas dificuldades financeiras: baixos salários para 7,7%; gastar mais do que se ganha, para 33%; a falta do conhecimento das próprias finanças, para 54,6%; e 4,8% alegam outros motivos para as dificuldades financeiras vividas.



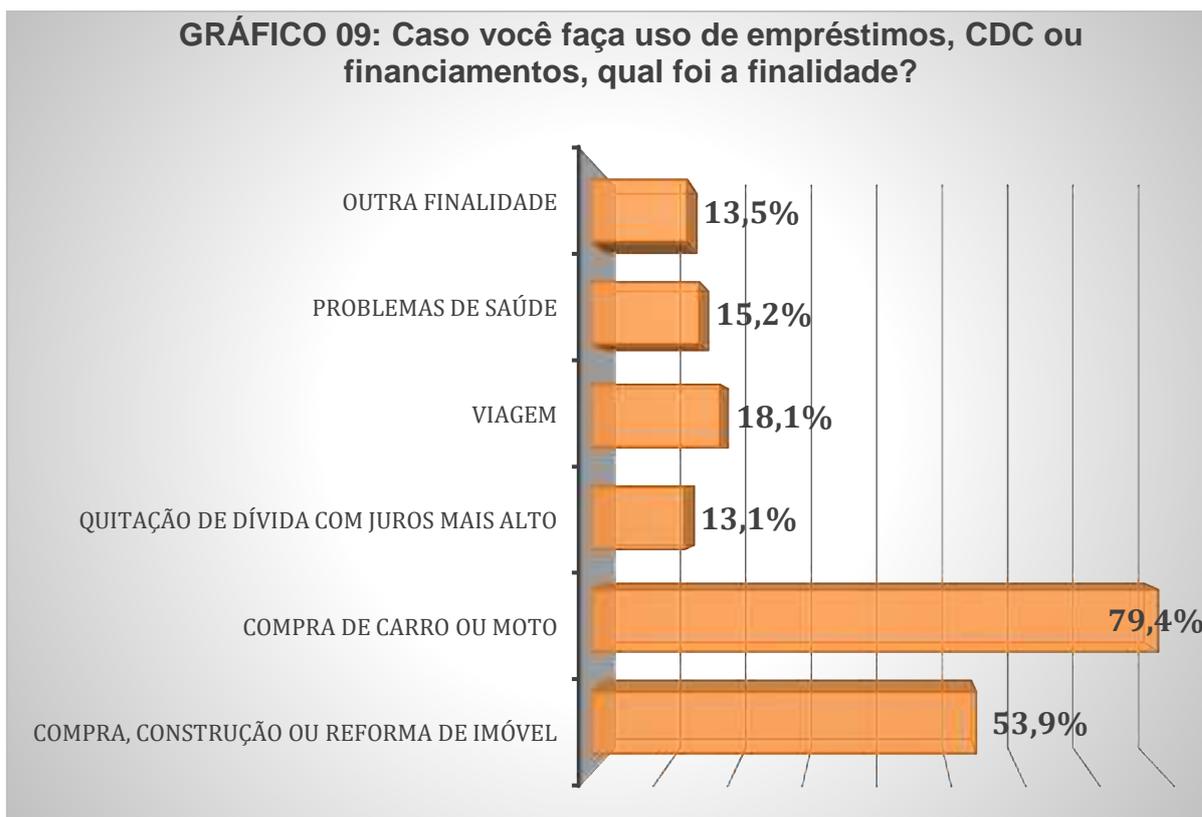
FONTE: O Autor

Aprofundando a pesquisa sobre o nível de comprometimento financeiro. O gráfico acima representa as linhas de crédito contratadas pelos pesquisados. Sobre os dados obtidos, 59,2% possuem empréstimos consignado; 12,2% empréstimo pessoal não consignado em folha; 52,3% usam a linha CDC; 11,1% usam o limite do cheque especial; 16,5% o limite do cartão de crédito; 25,6% financiamentos imobiliário; 4,7% financiamento estudantil; e 13,4% não possui nenhuma linha de crédito em uso.

Dos dados mais preocupantes estão os que fazem uso do limite do cartão de crédito, cheque especial e empréstimo pessoal não consignado por possuírem taxa de juros muito alta em relação às demais.

Outro ponto preocupante repousa que, mais da metade dos entrevistados afirmam fazer uso de empréstimos consignados ou CDC. Como o número de usuários dessas formas de crédito são altas, a probabilidade do desenvolvimento de estresse financeiro e suas consequências também são altas. Portanto, este é um dado a ser levado em consideração na adoção de medidas educativas por parte da corporação.

Por fim e importante ressaltar, apenas 13,4% afirmaram não fazerem uso dos créditos elencados acima, o que se leva a supor que cerca de 87% dos policiais militares estão, de alguma forma, devendo a bancos e financeiras!



FONTE: O Autor

O GRÁFICO 9 se preocupou em diagnosticar a motivação pela contratação dos empréstimos, CDC e financiamentos, com o intuito de verificar se o crédito contratado teve um uso consciente.

As respostas obtidas foram as seguintes: 53,9% usaram para compra, construção ou reforma de imóvel; 79,4% para compra de carro ou moto; 13,1% para quitação de outra dívida com juros mais alto; 18,1% para uma viagem; 15,2% se obrigaram a contratar por uma eventualidade com saúde; e 13,5% alegaram outra finalidade.

Analisando as informações acima à luz dos especialistas em planejamento financeiro, pode-se inferir o seguinte:

- a) Uso para investimento em imóvel: Gondim (2004, p.39) afirma que o uso desse recurso para a construção de um prédio constitui investimento e a aquisição de um imóvel novo é classificada como investimento.
- b) Investimento em automóvel: as orientações de Cerbasi (2012, p. 64-65) são bem incisivos quanto ao uso de verba para aquisição de automóvel:

Se você normalmente troca de carro [...], vendendo o seu à vista e comprando um novo por meio de financiamento, está certamente desperdiçando muito

dinheiro. Pela lógica dos financiamentos, [...], pagamos juros no início do plano e só quitamos o veículo nas últimas parcelas. Ao trocar de automóvel antes de quitar o financiamento, estamos dando de entrada um bem que será avaliado bem abaixo de seu preço de tabela (pois ainda haverá parte do valor dele a pagar para a financiamento) e teremos que assumir uma dívida maior do que a que assumiríamos se o bem antigo já estivesse quitado.

E por fim, Krüger (2014, p.67) alerta para esse tipo de investidor ter “o cuidado de observar todos os lados deste financiamento (juros, parcelas), para que não se torne o dobro do investimento projetado, pois as parcelas podem enganar. ”

c). Quitar dívida maior e por motivo de saúde: Halferd *apud* (OLIVEIRA, 2011, p. 77), comenta a decisão de tomar empréstimo juros mais baixos para saldar uma dívida mais cara ou nos casos de imprevistos com problema de saúde. Nestes casos, o autor considera legítimo os motivos que o levaram a contratar tal crédito, partindo da impossibilidade de contar com uma poupança para imprevistos.

d) para viajar: o ideal em um planejamento financeiro é poupar parcela do salário para realizar o desejo de viajar, pois segundo Ewald (2004, p. 95), “para quem economiza e poupa será possível, em data mais à frente, satisfazer algum desejo que foi deixado para depois. Pode ser uma reforma na casa, uma sonhada viagem de férias, [...] entre outros”. Por outro lado, a tomada de empréstimos para realizar esta vontade pode ser uma dívida desnecessária se não observada o impacto no orçamento familiar.

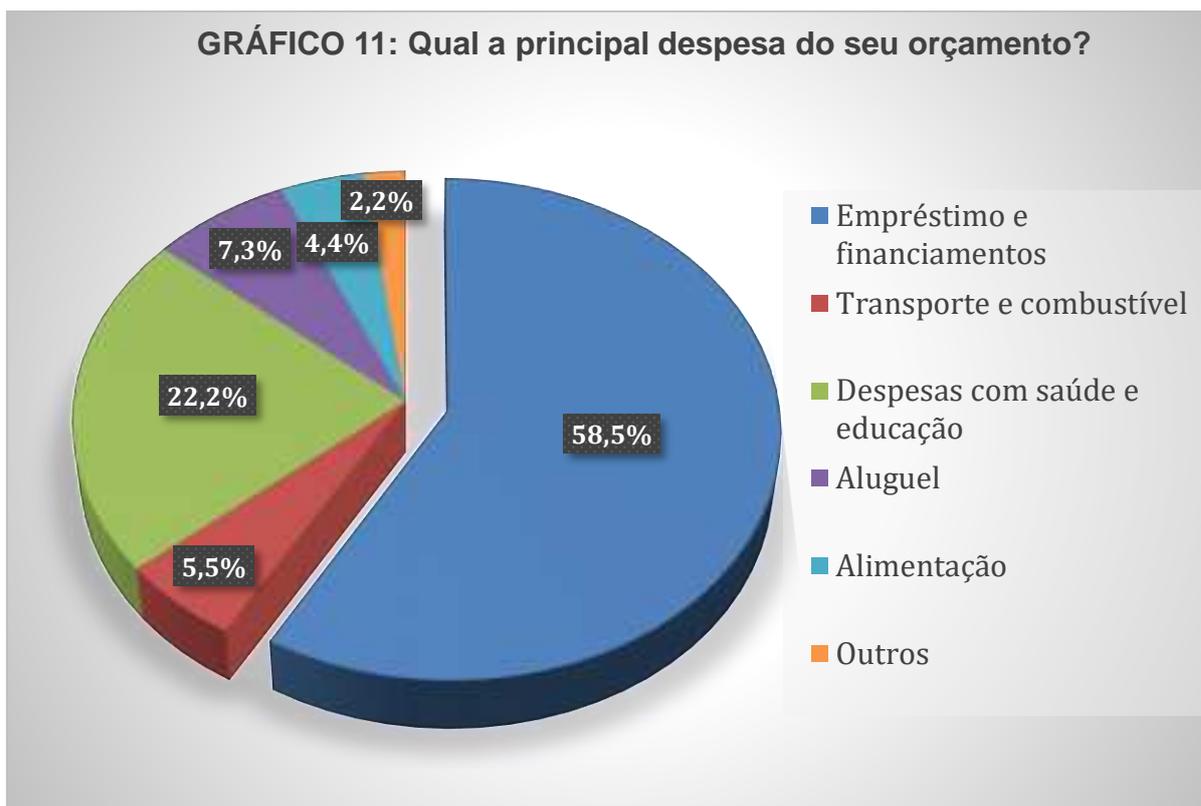
A partir desta análise, fica a sugestão deste autor na implantação de políticas visando o bem-estar financeiro do policial militar, aja vista que os reflexos positivos são percebidos no ambiente de trabalho, assim como o negativo também interfere sensivelmente na sua produtividade.



FONTE: O Autor

No gráfico acima, o objetivo era saber se os policiais militares poupam parte do seu salário para uma futura eventualidade. A constatação foi a seguinte: 14,4% poupam parte do seu salário para uma eventualidade; 46,5% não guardam dinheiro para um sinistro futuro; enquanto que 39,1% guardam vez ou outra parte do seu dinheiro para uma eventualidade.

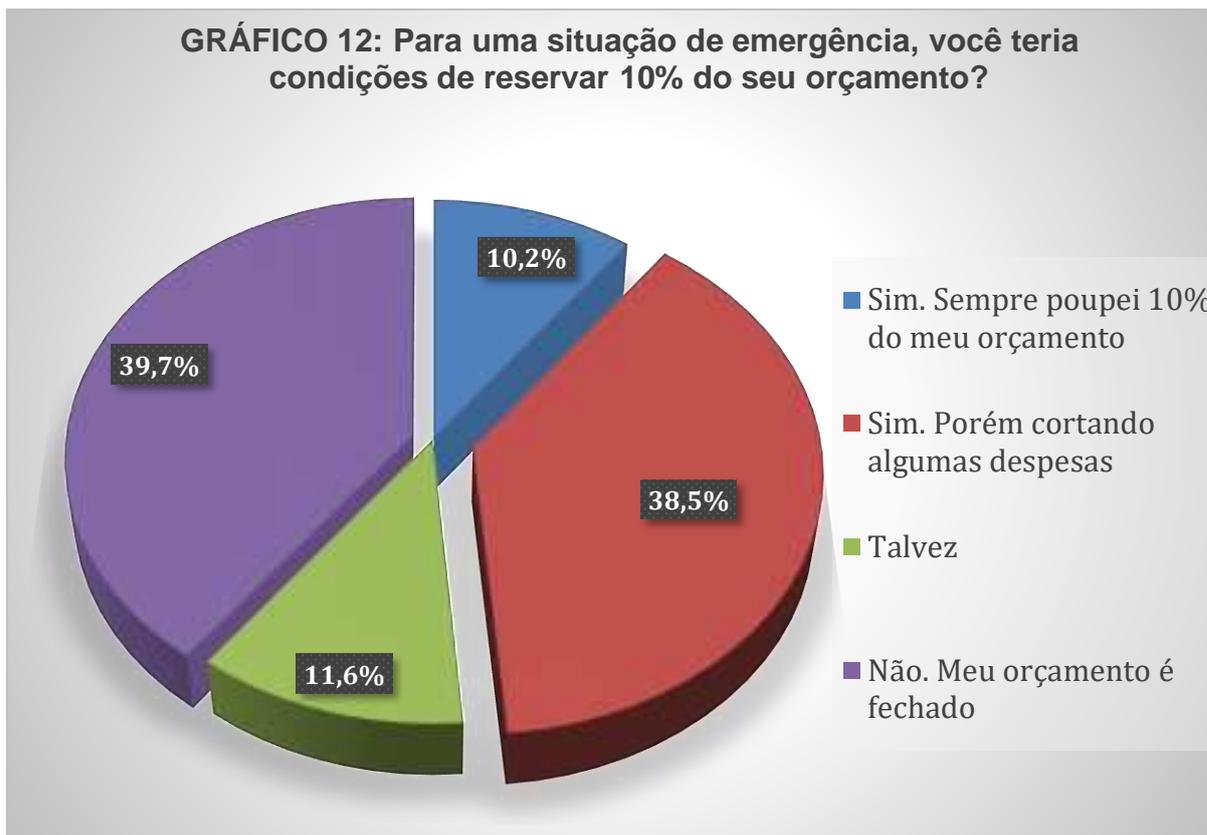
A importância de se guardar dinheiro para uma eventualidade, segundo Halles *et al* (2007, p.10), parte do pressuposto que “Geralmente, a importância em possuir reservas, [...] só é compreendida na ocorrência de um imprevisto ou de uma situação emergencial”.



FONTE: O Autor

O 11º questionamento foi sobre o principal peso no orçamento familiar dos entrevistados. Desta forma, compreendendo o que subtrai fatia considerada do salário dos policiais militares, os esforços poderão ser direcionados a estes gastos, no intuito de equilibrar as finanças ou investi-lo de modo adequado.

As respostas são que para 58,5% o maior peso no orçamento são os empréstimos e financiamentos; para 5,5%, o maior consumidor do orçamento são o transporte e combustível; 22,2% afirmaram ser a saúde e educação; 7,3% gastam mais com aluguel; 4,4% com alimentação; e 2,2% com outros.



No gráfico acima, foi questionado aos pesquisados se os mesmos teriam condições de reservar 10% de seu orçamento, como prevenção de um infortúnio. Pois, alguns autores, como Oliveira (2011, p.11), aconselham que “Não basta equilibrar as receitas e as despesas, é preciso também garantir uma sobra para as emergências, reservar cerca de 10% das receitas”.

10,2% responderam que sempre reservam 10% do salário para uma eventualidade; 38,5% responderam que teriam condições de guardar, porém teriam que cortar alguma despesa para atingir esse patamar; 11,6% talvez teriam condições de poupar esse valor; e 39,7% não conseguem poupar, pois estão com o orçamento todo comprometido.

Conforme o Banco Central do Brasil (2013, p. 47), “Manter uma reserva financeira é fundamental para realizar sonhos, precaver-se de eventos inesperados, além de proporcionar maior tranquilidade hoje e ao se aposentar”.

O dado mais importante desta pesquisa e que responde ao Objetivo Específico de diagnosticar o perfil econômico dos policiais militares do maranhão é a parcela de 39,7% que não conseguem poupar. O que pode se supor deste percentual e relacionando com os outros gráficos apresentados é que esta parcela significativa

dos policiais está endividada e propensa a desenvolverem todos os problemas percorridos ao longo deste trabalho pelo desequilíbrio financeiro. Dentre todos os entrevistados que possuem alguma dívida, estes profissionais são os que estão em situação de maior vulnerabilidade e requerem maior atenção da Corporação.

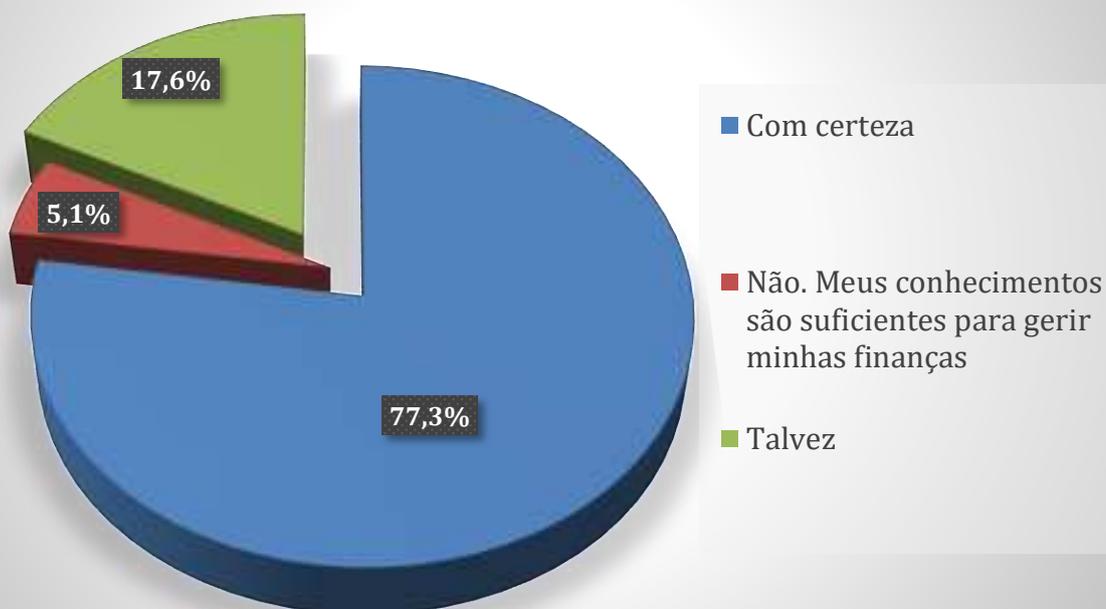


FONTE: O Autor

A próxima indagação foi se o descontrole financeiro, na opinião do entrevistado, poderia afetar o próprio desempenho profissional. Para 83,8%, o descontrole afeta sim o desempenho profissional; 5,5% acham que não; e 10,7% responderam que talvez afetaria no ambiente de trabalho.

A conclusão que se tira deste gráfico, corrobora com o exposto no tópico “3.3 Endividamento como fator estressante no trabalho” desta monografia. Em outras palavras, os entrevistados possuem a consciência de que problemas financeiros afetam o desempenho de suas funções.

GRÁFICO 14: Caso a Polícia Militar ofertasse cursos e palestras, presenciais ou Ead, acerca de Educação Financeira, você frequentaria?



FONTE: O Autor

Por fim, o último quesito questionado aos policiais militares, foi “caso a Polícia Militar ofertasse cursos e palestras, presenciais ou Ead, acerca de Educação Financeira, você frequentaria?” A resposta foi surpreendente: 77,3% afirmaram que participariam com certeza! Enquanto 5,1% disseram que não; e 17,6% que talvez participariam.

De posse dessa informação, nota-se que o Comando da Corporação, ou de iniciativa própria dos Comandantes de Unidades, possuem público cativo e disposto a frequentar cursos e palestras promovidos pela Polícia Militar do Maranhão.

7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa foi um desafio ao pesquisador em se autoconhecer e verificar que boa parte dos companheiros de farda sofrem do mesmo problema: o desconhecimento das próprias finanças.

Antes de discorrer sobre este trabalho, foi necessário desconstruir algumas convicções pessoais acerca do que é planejamento financeiro, de que pagar as contas e ter algum dinheiro para o lazer não significa estabilidade ou boa gestão financeira. As implicações negativas do descontrole financeiro geram um tipo de estresse tão latente nas organizações como qualquer outro estresse. O que há de diferente neste estresse é a resistência dos funcionários em aceitar sua existência.

O mercado financeiro brasileiro é marcado por altos e baixos, ditado pelo mercado financeiro internacional. Na ponta deste sobe e desce financeiro está o trabalhador que deve organizar suas finanças para não sofrer com os impactos da economia.

Junto à organização financeira estão somados os esforços dos Governos Federais, Estaduais e das organizações das quais os indivíduos fazem parte. Este somatório de forças para a Educação Financeira dos trabalhadores resulta em produtividade às organizações, bem-estar familiar e profissional, além da inibição de males decorrente do estresse financeiro.

O ideal é que a Educação Financeira seja um tema abordado desde os primeiros anos do ensino do jovem, e fosse perpetuado no decorrer dos ensinamentos ofertados a este. Para quando na idade ativa de trabalho, a prática financeira fosse natural e adequada às suas necessidades.

Dentro deste contexto, enquadra-se a Polícia Militar do Maranhão. O ingresso nas fileiras da PM se dá via concurso público e curso de formação para, no fim, ser efetivado como profissional de segurança pública. O papel da corporação está na disponibilidade da Educação Financeira aos seus ingressantes, como também a cada curso de aperfeiçoamento exigido para as promoções (Curso de Formação de Cabos, Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, Curso de Habilitação de Oficiais, Curso de Especialização e Gestão em Segurança Pública, Curso Superior de Polícia).

Além disso, deve haver uma sensibilidade dos Comandos das Unidades em promover palestras e cursos sobre o tema para disciplinar suas tropas, visto que

o autoconhecimento amenizaria grande parte dos problemas gerados pelo estresse financeiro dentro das organizações militares.

Outro ponto contundente, porém, ainda não pacificado no meio militar e passível de contendas jurídicas, advém das punições decorrentes do militar que não cumpre com seus compromissos financeiros. Como o regimento disciplinar da Polícia Militar do Maranhão ainda é o RDE, o Comando da tropa possui uma celeuma jurídica nas mãos, e um militar necessitado de cuidados.

Este estudo servirá para subsidiar novos trabalhos que virão, e também para planejar políticas no campo social a toda organização policial militar. Assim, a Polícia Militar do Maranhão estará próximo das grandes organizações militares como referência em Educação Financeira para o seu quadro de profissionais.

Algo também tão importante quanto as demais é a importância de conhecer as causas e combater as consequências do estresse para oferecer qualidade de vida ao policial e seus familiares, assim como minimizar as influências negativas na ação policial. Esta realidade não está distante do possível, haja vista haver corporações militares no Brasil que já desenvolvem trabalhos voltados diretamente para prevenção e controle do estresse, como exemplo as polícias de São Paulo e Minas Gerais. Desta forma, os gestores das Unidades Policiais deverão estar atentos, já que as mudanças provocadas pelo estresse no comportamento do homem são lentas e muitas vezes passam despercebidas, até para os familiares e amigos.

Diante de toda a discussão teórica e da apresentação e análise dos dados ao longo deste trabalho monográfico, tem-se por respondido o problema inicial desta pesquisa na seguinte forma, a educação financeira abordada no início da jornada profissional dos policiais militares servirá de prevenção ao estresse financeiro, fator influenciador do desempenho do indivíduo em qualquer profissão. Além do mais, a abordagem do planejamento financeiro, mesmo para aqueles que possuem uma vida financeira já ativa, conduzirá o policial militar em condições financeiras estáveis ao autocontrole.

Por fim, por ser um assunto delicado para quem possui problemas financeiros crônicos, a interferência da Corporação Policial Militar do Maranhão, dentro da sua esfera de atuação, é preponderante para diagnosticar e sanar problemas laborais decorrente do estresse financeiro. Assim a Polícia Militar do Maranhão possuirá policiais sadios, do ponto de vista financeiro, e com bom desempenho profissional.

8 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

No percurso da carreira do policial militar, depara-se com diversos obstáculos pessoais e profissionais. Porém o policial é coberto por uma capa que norteia toda a sua conduta, inclusive as particulares. Este é o motivo pelo qual estes militares são vistos de modo diferenciado pela sociedade, até versados por poetas: “A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre”. (SGEx, 2002, p. 1)

Com todas as peculiaridades da profissão militar, com as cobranças exercidas pela Instituição e pela sociedade, o policial militar carece de um cuidado especial, para que seus atos não fujam da normalidade em condições anormais.

O cuidado especial, deste estudo, é a sensibilidade dispensada à Educação Financeira dos policiais militares do Maranhão, tendo em vista tamanha carência comprovada neste trabalho.

Como propostas com vistas a sanar este problema latente, há três intervenções possíveis de serem implantadas separadas ou concomitantes, até a total abrangência da Polícia Militar do Maranhão. Seriam elas:

- 1) Difusão de palestras programadas nos cursos de formações;
- 2) Disponibilidade de curso específico em Planejamento Financeiro Familiar na plataforma Ead da Polícia Militar; e
- 3) Distribuição nas Unidades Policiais da “Cartilha de Educação Financeira para o Policial Militar” desenvolvido por este pesquisador e em apêndice a este trabalho.

Estas três propostas apresentadas acima impactariam o público alvo da seguinte forma:

8.1 Palestras nos cursos de formações

Como anteriormente discorrido, todo policial militar para ingressar nas fileiras da Polícia Militar do Maranhão passa por um processo seletivo com etapas eliminatórias e, por fim, por um curso de formação. Em suma, quem ingressar na

Polícia Militar passará antes por uma sala de aula para aprender procedimentos que o auxiliarão por toda jornada profissional.

Partindo desta certeza, as palestras sobre Educação Financeira no seio da formação militar, e conduzidos por especialistas no assunto, agregariam conhecimentos pertinentes ao seu desenvolvimento pessoal, ao passo, que seria medida de profilaxia do estresse financeiro.

A carga horária destas palestras não impactaria na duração dos cursos de formações por serem curtos, variam de 60 a 120 minutos. E os palestrantes seriam oficiais e praças graduadas com ensino superior em economia ou contabilidade.

8.2 Curso de Planejamento Financeiro Familiar na plataforma Ead da Polícia Militar

Este curso seria desenvolvido e gerenciado pela Diretoria de Ensino e disponibilizado na grade de cursos anuais da Polícia Militar do Maranhão. Porém o canal de ensino a ser utilizado será a Plataforma Ead da própria instituição.

As vantagens do uso da plataforma Ead está na abrangência que ela alcança. Qualquer policial com um computador, tablete ou smarthphone conectado à internet e dentro do seu horário disponível pode ter acesso a esse tipo de conhecimento. Como Borges e Weinberg (2006, p.76) comenta, “A discussão sobre usar ou não a internet no ensino tornou-se ultrapassada, uma vez que ela já se provou uma ferramenta útil em todos os níveis de ensino”.

Por fim, um dos questionamentos feitos à amostra desta pesquisa é se, caso a Polícia Militar disponibilizasse cursos e palestras sobre a temática, eles teriam interesse em participar, as respostas foram bastante positivas. Em outras palavras, a Diretoria de Ensino possui em mãos dados suficientes para sustentar a criação de um curso de Planejamento Financeiro Familiar voltado ao policial militar.

8.3 Distribuição nas Unidades Policiais da “Cartilha de Educação Financeira para o Policial Militar”

Esta cartilha surgiu da necessidade verificada por este autor em encontrar material próprio da Polícia Militar do Maranhão voltado à Educação Financeira.

A cartilha é bem sucinta e foca em pontos estratégicos e orientativos para que, de forma bem objetiva, o policial militar possa entender suas finanças e os problemas decorrentes da sua má gestão.

Como a arte desta cartilha foi desenvolvida por este autor conjuntamente com este estudo (Apêndice A), a Polícia Militar apenas arcaria com os custos para a sua impressão e distribuição nas Unidades Policiais. O investimento na educação de seus profissionais e na prevenção do estresse financeiro sobressairia qualquer custo proveniente da sua publicação.

Por fim, esta cartilha colocaria a Polícia Militar do Maranhão à frente dos projetos de educação financeira para policiais, primeiro por ser material próprio e segundo por não haverem outras policiais com material publicado acerca de planejamento financeiro, suprimindo uma própria carência da falta de publicação dentro da Corporação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elisson de. **As 5 etapas do planejamento financeiro: conhecimento técnico e emocional para atingir seus objetivos**. Piracicaba: O Autor, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

BARBOSA, J. da S.; SILVA, M. A. da; PRADO, R. A. D. P. do. **Orçamento doméstico: sondagem de opinião do consumidor no Pontal do Triângulo Mineiro**. IX Convibra Administração. Anais... Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Disponível em <http://www.convibra.org/upload/paper/2013/33/2013_33_5145.pdf>. Acesso em 20 Jan 2018.

BONFIM, Gabriel Henrique Cruz; MEDOLA, Fausto Orsi; PASCHOARELLI, Luís Carlos. **Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico**. Revista de Design, Tecnologia e Sociedade. 2015.

BORGES, Marana; WEINBERG, Monica. **Diploma sem sair de casa**. 2009. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/>> Acesso em: out. 2018.

BOSS, P. **Family stress management**. Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc, 1988.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002**.

Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Diário oficial da União. Brasília, DF. Disponível em > www.planalto.gov.br> Acesso em 19 ago 2018

_____. **Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006**. Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização - Coremec. Diário oficial da União. Brasília, DF. Disponível em > www.planalto.gov.br> Acesso em 19 ago 2018.

_____. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a gestão e dá outras providências. Diário oficial da União. Brasília, DF. Disponível em > www.planalto.gov.br> Acesso em 19 ago 2018.

_____. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Diário oficial da União. Brasília, DF. Disponível em > www.planalto.gov.br> Acesso em 19 ago 2018.

_____. PL 3401/2004. **Cria a disciplina " Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio.** Diário oficial da União. Brasília, DF. Disponível em > www.camara.gov.br> Acesso em 19 ago 2018.

CAETANO, Marcello, **Manual de Direito Administrativo**, Volume I, Almedina, 2008.

CARVALHAL, André Luiz. **Matemática financeira aplicada**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CERBASI, Gustavo Petrasunus. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

CERBASI, Gustavo Petrasunus. **Como organizar sua vida financeira**. São Paulo: Elsevier, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CNC. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do tamanho do Brasil. **O percentual de famílias endividadas apresentou em abril a terceira alta mensal consecutiva**. Disponível em < http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_abril_2017-rev.pdf> Acesso em 27 Jan 2018.

CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. **Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1046.htm> Acesso em 20 Jan 2018.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

DOMINGOS, R. **Por que inserir educação financeira nas empresas**. 2013, InfoMoney. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/blogs/finacas-em-casa/noticia/2795090/por-que-inserir-educacao-financeira-nas-empresas>. Acesso em 20 Jan 2018.

ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO MARANHÃO. **Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995**. Disponível em: <<http://www7.cbm.ma.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Lei-n%C2%BA-6.513-de-30-de-novembro-de-1995-Estatuto-dos-Militares.pdf>> Acesso em 20 Jan 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Programa de educação financeira**. Brasília: Gráfica do Exército, 2007.

EWALD, Carlos Luís. **Sobrou dinheiro! Lições de economia doméstica**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ. Bertrand Brasil, 2004.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. **Construindo o conceito de competência**. Revista de Administração Contemporânea, V. 5, edição especial, p. 183-196, 2001.

FUNDEP. **Ansiedade atinge um em cada três brasileiros endividados.** Disponível em <<http://www.fundep.ufmg.br/pagina/2891/ansiedade-atinge-um-em-cada-tre-234-s-brasileiros-endividados--diz-pesquisa.aspx>> Acesso em 27 Jan 2018.

GARMAN, E. T.; KIM, J.; KRATZER, C. Y.; BRUNSON, B. H.; JOO, S. **Workplace financial education improves personal financial wellness.** Association Counseling and Planning Education. p.79-88, 1999.

GASPAR, A. **Saiba como se organizar com o orçamento do ABCD.** 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2010/07/saiba-como-se-organizar-com-o-orcamentodo-abcd.html>>. Acesso em 20 Jan 2018.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios da Administração Financeira.** São Paulo: Pearson, 2004.

GONDIM, Fábio. **Administração Financeira e Orçamentária.** Brasília: Elsevier, 2004.

HALLES, C. R.; SOKOLOWSKI, R.; HILGEMBERG, E. M. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida.** 2007. Disponível em <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf>. Acesso em 20 Jan 2018.

HOJI, M. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em 28 ago 2018

IPEA, **Mais da metade das famílias brasileiras tem dívidas.** 2010. Disponível em: <<http://www.abril.com.br/noticias/economia/mais-metade-familiasbrasileiras-tem-dividas-diz-ipea-592558.shtml>> Acesso em 04 Jan 2018.

KIM, J.; GARMAN, E. T. **Financial stress, pay satisfaction, and workplace performance.** Compensations and Benefits Review, p.69-76, 2004.

KIYOSAKI, Robert T., LECHTER, Sharon L. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro.** 64^o reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KRUGER, Fernanda. **Avaliação da educação financeira no orçamento familiar.** 2014, 101 f, Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia, Concórdia, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de Recursos Humanos-PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos.** 1 ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

LIPP, Marilda Novaes. **Como enfrentar o stress**. São Paulo: Ícone, 1998.

MACEDO JR., Jurandir Selo. **A Árvore do Dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARANHÃO. **Medida Provisória Nº 264, de 18 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a criação e transformação de Organizações Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. Diário oficial do Maranhão. São Luís, MA. Disponível em > www.stc.ma.gov.br> Acesso em 19 ago 2018

MATTA, Rodrigo Octávio Beton. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os Universitários do Distrito Federal**. 2007. 201f. dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MICHIE, S. **Causes and management of stress at work. Occupational & environmental medicine**, vol. 59, p. 67-72, 2002.

NEWSTROM, Jonh W. **Comportamento Organizacional: o comportamento humano no trabalho**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

OLIVEIRA, Luciana Silva Ramos de. **Finanças pessoais**. 2011. 35 f. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Finanças e Gestão Corporativa). Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:< http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/t206667.pdf>. Acesso em 20 Jan 2018.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 320 p.

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). In: Seminário em Administração, 2006, São Paulo. Anais. Disponível em > http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf > Acesso em 19 Ago 2018.

PAIVA, J. T. **O segredo da educação para saúde financeira: incrível guia de planejamento e controle financeiro**. Fortaleza, 2013.

PEREIRA, Francisco de Sousa; SANTANA, Everaldo Ferreira. **PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: reflexos na qualidade de vida e no desempenho profissional do policial militar do maranhão**. Monografia (Dissertação) – Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Natal: 2008.

PEREIRA, Wanderson da Silva. **A importância da educação financeira para o policial militar**. São Luís, 2013. 59f. Monografia (Graduação), Curso de Formação de Oficiais, UEMA, 2013.

REVISTA VOCÊ RH. **Comando Militar**. Mar-Abr. 2011. Editora Abril: São Paulo. 2011.

REZENDE, Richard Cardoso de. **CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO: ESTUDO SOBRE O PAPEL DA INSTITUIÇÃO NAS APLICAÇÕES DO USO DA MARGEM DE CONSIGNAÇÃO PELOS SERVIDORES PÚBLICOS.** 2014.

Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, 2014.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional.** 11 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SABINO, Alini Daniéli Viana. SANTANA, Sérgio Lopes. **Estresse Policial Militar: Efeitos Psicossociais.** 2012. Disponível em <

<http://www.aems.edu.br/conexao/educacaoanterior/Sumario/2012/downloads/2012/humanas/ESTRESSE%20POLICIAL%20MILITAR%20EFEITOS%20PSICOSSOCIAIS.pdf> > Acesso em 20 Ago 2018.

SADI, Jairo. **O Crédito Consignado em Folha de Pagamento.** Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, São Paulo: Revista dos Tribunais, nº. 25, p.11-15, julho/setembro. 2004, p. 11.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis.

Paradigmas da educação financeira no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. Disponível em <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000600006&script=sci_arttext>. Acesso em 20 Jan 2018.

SGEX. **Secretaria Geral do Exército.** 2012. Disponível em <

www.sgex.eb.mil.br/sistemas/copiar>. Acesso em 20 Jan 2018.

SOUSA, A. F.; TORRALVO, C. F. **Aprenda a administrar o próprio dinheiro: coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade.** São Paulo: Saraiva, 2008.

SOUZA NETO, E. H. de. **Ciclo do endividamento do servidor público.** 2010.

Disponível em <

http://lourencoadvocaciasc.adv.br/web/index.php?option=com_content&view=article&id=30:ciclo-do-endividamento-do-servidor-publico&catid=1:artigos-juridicos&Itemid=50> . Acesso em: 20 Jan 2018.

STF, Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário: RE 458555 CE.** 2009.

Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5350418/recurso-extraordinario-re-458555-ce-stf>. Acesso em: 30 abr 2018.

TAKEDA, Tony; BADER, Fani Léa Cymrot. **Consignação em Folha de Pagamento – Fatores da Impulsão do Crédito.** In: Relatório de Economia Bancária e Crédito.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VIANELLO, Luciana Peixoto. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 2013. Disponível em: <https://dpcplayer.com.br>. Acesso em: 30 abr 2018.

APÊNDICE A: Cartilha de Educação Financeira para Policiais Militares



Objetivos da Cartilha

A Polícia Militar do Maranhão, na intenção de desenvolver medidas educativas para todo o seu efetivo, desenvolveu esta cartilha para oferecer mais do que conceitos financeiros, mas sentimento na forma de orientações a todos policiais militares e seus familiares, como forma de propiciar serviços e benefícios que lhes proporcionam mais qualidade de vida, afirmando que todos possam conquistar a tão sonhada tranquilidade financeira.

Nesta Cartilha de Educação Financeira, você encontrará dicas para adotar uma postura mais consciente e responsável na gestão de suas finanças, equilibrando as despesas e receitas e, ao mesmo tempo, poupando com o intuito de prover para o futuro.

Aproveite esta Cartilha como base, porém, se possível, aprofunde seus estudos sobre orçamento familiar e desfrute da qualidade de vida proporcionada pelo equilíbrio financeiro. A Polícia Militar do Maranhão permanece à disposição dos seus colaboradores para esclarecer suas dúvidas e lhe orientar.

Boa leitura!

Cartilha de Educação Financeira para Policiais Militares

Cel OOPM JORGE ALLEN GUERRA LUONGO
Comandante-Geral

Cel OOPM PEDRO DE JESUS RIBEIRO DOS REIS
Subcomandante-geral

Cel OOPM RAIMUNDO NONATO SANTOS SA
Comandante da APMGD

Ilustração: Luis Paulo costa

Diagramação: Luis Paulo Costa

Texto: Danielson França Mota

Luis Paulo Costa

Revisão: Prof. Dr Marco Antônio Gomes

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. Cartilha de Educação Financeira para Policiais Militares. São Luís, 2018.

SUMÁRIO

6 Orçamento Familiar: Como se Organizar

8 Problemas Financeiros: Consequências

9 Tipos de Crédito

10 Como Organizar Sua Vida Financeira

18 Orientações Finais

19 Referências

Polícia Militar do Maranhão

Orçamento Familiar:
Como se organizar

O primeiro passo para organizar sua vida financeira e conquistar mais qualidade de vida é definir e controlar todos os gastos, considerando sempre a renda mensal.

Para isso, é indispensável elaborar o orçamento doméstico.

ORÇAMENTO
É um planejamento individual ou familiar que relaciona as suas receitas e despesas.

6 Polícia Militar do Maranhão

Orçamento Familiar: Como se organizar

A administração eficiente da renda pode garantir um padrão de vida estável com qualidade de vida familiar e no trabalho. Deste modo, a gestão correta do orçamento familiar pode prevenir problemas oriundos do endividamento que leva ao estresse financeiro.

Como se trata de gerenciamento de finanças pessoais, deve-se passar pela fase do planejamento antes da tomada de qualquer decisão. Desta forma, o policial deve ter em mente que planejamento é estabelecer ações a serem efetuadas dentro de contextos e condições preestabelecidos estimulando os recursos a serem utilizados.

Uma tarefa importante dentro do orçamento familiar é separar parte de suas finanças para uma eventualidade ou como forma de investimentos. Como auxílio, pode-se utilizar a tabela abaixo feita para militares:

Perfil do Militar	Valor
Solteiro, no começo da carreira	5 a 10 %
Casado, sem filhos, no começo da carreira	5 a 15 %
Casado com filhos pequenos e vida financeiro estável	10 %
Casado com filhos na escola	5 %
Marido e mulher têm rendimentos – com ou sem filhos	10 a 15 %
Pessoas maduras, com filhos já encaminhados na vida	15 a 20 %

Fonte: Salário Militar, 2007, p. 11.

Polícia Militar do Maranhão

7

Problemas Financeiros: Consequências

Problemas financeiros são comuns entre as famílias brasileiras, e, segundo Gaspar (2010), duas em cada três famílias gastam mais do que ganham e 2/3 das famílias possuem dívidas. A principal causa, segundo alguns pesquisadores, está na falta de uma educação financeira, ou seja, de um controle simples realizado na forma de orçamento doméstico.

As consequências negativas dos problemas financeiros vão além do incômodo das cartas e ligações de cobranças por parte dos credores e de um possível registro do nome no SPC e SERASA.

Os problemas financeiros podem gerar um estado de estresse pouco conhecido, o estresse financeiro. Este tipo de estresse acarreta os mesmos sintomas dos demais estresses conhecidos pelas pessoas e afeta diretamente as relações pessoais, o ambiente familiar, profissional, além de problemas de saúde.

8

Polícia Militar do Maranhão

Tipos de Crédito

O mercado financeiro possui uma finalidade de créditos para os mais possíveis tipos de investimentos. Porém, o mau uso de qualquer um deles desencadeiam problemas sérios ao usuário.

Aqui será apresentado as modalidades de crédito individual mais simples de se contratar, assim como seus pontos positivos e consequências negativas da má gestão.

Empréstimo Consignado

Uma modalidade de crédito atrativa, com juros baixos em relação às outras, é o empréstimo consignado, uma modalidade de crédito com consignação na folha de pagamento. Onde está o atrativo nesta modalidade para a financeira? Reside no desconto obrigatório do valor contratado direto na fonte pagadora. Em outras palavras, possui menor risco de inadimplência por existir essa garantia contratual.

A utilização orientada desta modalidade de crédito e sob estudada necessidade, trará os benefícios esperados do uso deste dinheiro para a realização dos seus projetos, inclusive para saldar dívidas de crédito com juros bem mais alto.

Tipos de Crédito

Empréstimo Consignado

Por outro, o aspecto negativo da contratação desorientada do crédito consignado está na sua utilização em conjunto com outras modalidades de crédito ou a contratação excessiva de consignados, retirando o controle do indivíduo e conduzindo ao fenômeno do superendividamento.

Empréstimo Não Consignado

As principais diferenças deste para o crédito consignado está na burocracia na contratação, o risco de retorno para a financeira é maior justamente por não haver a mesma garantia que o consignado, a taxa de juros é maior, e o valor liberado é menor.

O cuidado acerca deste tipo de crédito repousa, segundo Cerbasi (2012, p. 82), porque este recurso são oferecidos para cobrir necessidades de curto prazo, normalmente por alguém que sofreu alguma perda inesperada, falhou nos planejamentos ou foi negligente em suas escolhas. Do ponto de vista do crédito, quem recorre a um empréstimo está com problemas, uma situação bem diferente daqueles que buscam financiamentos.

Tipos de Crédito

Cheque Especial

O cheque especial é um limite disponível, e pré-aprovado, ao cliente de bancos. A finalidade apresentada ao público, sobre este tipo de crédito, é a sua função creditícia para eventualidades especiais. Ou seja, não é um crédito para uso cotidiano, mas para imprevistos financeiros excepcionais.

O perigo iminente do cheque especial está no uso inconsciente ou indiscriminado do limite do crédito, estando seu usuário a um passo do descontrole financeiro e, a qualquer deslize, suscetível ao superendividamento.

O autor Cerbasi (2012, p.78) orienta seus leitores a recorrerem a outras alternativas de crédito pelo simples motivo do cheque especial ser mais caro; e, quem tem disponibilidade a este crédito, também possui a alternativa de contratar outro mais em conta. Como ligado deste autor é que, o indivíduo que possui controle de suas finanças e prevê uma possível contingência financeira, contate seu gerente de banco e solicite um empréstimo para suprir o furo iminente.

Tipos de Crédito

Cheque Especial

Ainda segundo Cerbasi (2012, p. 90), alguns bancos oferecem a seus clientes a oportunidade de usufruir de seu limite no cheque especial durante alguns dias a cada mês, sem que haja a incidência de juros.

O fato é que dispor dessa alternativa de crédito pode ser uma dádiva para quem sabe aproveitá-la, ao mesmo tempo em que é um desastre para quem a usa de maneira negligente.

DICA DE FINANCAI!



Se tem contas a pagar hoje

É seu salário só cai na conta daqui a 3 ou 4 dias

Faça bom proveito: conte com o cheque especial

Tipos de Crédito

CDC

O Crédito Direto ao Consumidor – CDC é um financiamento destinado à aquisição de bens duráveis e serviços, segundo Falva (2013, p. 27). Como exemplo, serve para compra de eletrodomésticos ou automóveis.

A contratação deste crédito é realizada direto na instituição bancária, e possui como vantagem a taxa de juros mais baixa que o cheque especial ou os cartões de crédito, e suas parcelas são descontadas direto na conta corrente.

Como recomendações: antes de contratá-la, faça um estudo detalhado sobre as condições e a real necessidade deste empréstimo; analise a taxa de juros, e não exagere em contratações de empréstimo para evitar o superendividamento.

Cartão de Crédito

O cartão de crédito é uma alternativa de aquisição de bens por meio da compra parcela a juros baixos. Porém os valores disponibilizados pelas instituições financeiras, no valor do cartão de crédito, não podem ser confundidos com os proventos recebidos pelo indivíduo.

Tipos de Crédito

Cartão de Crédito

Usar cartão de crédito inspira cuidados pois o seu mal uso pode gerar mais transtornos que benefícios. Porém, é inevitável que o uso consciente desta modalidade de crédito possui suas vantagens.

Dentro do cartão de crédito há uma modalidade de empréstimo pessoal pré-aprovado de acordo com o perfil do usuário. Este tipo de empréstimo é conhecido como crédito rotativo do cartão de crédito e possui taxa de juros muito elevada em relação às demais.

ATENÇÃO

Cuidado!
Jamais o contrate!

Financiamentos

Rezende (2014, p.40), diz ser um empréstimo junto ao banco com uma taxa de juros pré-definida e período pré-determinado para a quitação, utilizado na aquisição de bens móveis ou imóveis. No caso de imóveis e veículos, o recurso fica vinculado ao bem ou serviço.

Tipos de Crédito

Financiamentos

A principal vantagem dessa modalidade de crédito para as financeiras, está na vinculação do bem adquirido a financeira até a total liquidação do contrato. De modo bem especial, as instituições financeiras possuem certa segurança em reaver o objeto fruto do contrato em casos de inadimplência.

Por outro lado, a vantagem do financiamento ao usuário, provém da possibilidade de aquisição de um bem a taxa de juros relativamente baixa e a prazo bem dilatado. Essa condição de usufruto do crédito, dar segurança financeira a ambas partes contratantes e, o uso consensente, certo conforto àquele que contratou.

Como anteriormente comentado, existem várias modalidades de crédito disponíveis no mercado financeiro. Porém, cuidado! Antes de tomar qualquer contratação ponha tudo na ponta do lápis, avalie os juros e, no caso de encontrar a opção ideal, converse mais uma vez com seu gerente na intenção de cobrir a proposta.



Polícia Militar do Maranhão

15

Como Organizar sua Vida Financeira

Após toda essa discussão sobre planejamento financeiro, é importante quebrar um paradigma sobre esta bem-sucedido financeiramente mesmo não recebendo muito. Segundo Cerbasi (2004), a construção de um padrão de vida confortável não depende do que se ganha, mas sim da maneira como se gasta, sendo possível sim o acúmulo de riquezas mesmo não possuindo uma renda alta. Caso o mal esteja feito, use uma de nossas dicas abaixo, baseado no estudo de Cerbasi (2012):

Prefira financiamentos a empréstimos

Diante da necessidade de recursos, resolva o problema por meio de financiamentos, antes de recorrer aos empréstimos. A burocracia para contratação é maior, mas o resultado economia no custo total da operação.

Substitua as dívidas

Se chegar a seu conhecimento alguma modalidade de crédito que se mostre mais barata e vantajosa do que a que está utilizando atualmente, aja imediatamente e verifique o que precisa ser feito para que uma modalidade substitua a outra.

16

Polícia Militar do Maranhão

Como Organizar sua Vida Financeira

Venda um bem para quitar a dívida

Verifique se você tem condições de vender algum bem ou se desfazer de um investimento. Assim você usaria parte do dinheiro para quitar a dívida e parte do dinheiro deixaria investido, ou, compraria bem similar mais barato.

Estude as alternativas de crédito

Não desfrute da primeira oportunidade que chegar a suas mãos. O crédito mais fácil é também o mais caro.

Quanto ao prazo de financiamento

Evite assumir um compromisso que se estenda por prazo maior que o necessário para dar manutenção ao bem comprado. Ex.: uma casa deve ser quitada em até 10 anos, para viabilizar as necessárias reformas.

A parcela cabe no bolso?

Antes de contratar o crédito, analise o preço extra a pagar pela opção da compra antes de ter dinheiro para isso. Para saber quanto custa a antecipação de uma vontade ou necessidade de consumo, some todas as prestações e demais obrigações.

Polícia Militar do Maranhão

17

Orientações Finais

Esta cartilha não é um curso de planejamento financeiro, mas trouxe orientações básicas sobre gestão financeira familiar. Tive-se, também, como desconstrução das convicções pessoais acerca de que, somente pagar as contas e ter algum dinheiro para o lazer não significa estabilidade ou boa gestão financeira.

Por outro lado, as implicações negativas do descontrole financeiro geram um tipo específico de estresse tão latente nas organizações como qualquer outro estresse. O que há de diferente neste estresse é a resistência dos funcionários em aceitar sua existência.

Por fim, o mercado financeiro brasileiro é marcado por altos e baixos. Na ponta deste sob desce financeiro está o trabalhador. É o papel da educação financeira está inserida nesse contexto como alternativa efetiva para proteger o policial e sua família das consequências negativas dessas oscilações.

Polícia Militar do Maranhão

18

Referências

- CERBASI, Gustavo Petrasunus. *Casais inteligentes enriquecem juntos*. São Paulo: Gente, 2004.
- CERBASI, Gustavo Petrasunus. *Como organizar sua vida financeira*. São Paulo: Elsevier, 2012.
- EXERCÍCIO BRASILEIRO. *Programa de educação financeira*. Brasília: Gráfica do Exército, 2007.
- GASPAR, A. *Salva como se organizar com o orçamento do ABCD*. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-reporte/noticia/2010/07/salva-como-se-organizar-com-o-orcamentado-abcd.html>. Acesso em 20 Jan 2018.
- PAVA, J. T. *O segredo da educação para saúde financeira: Incrível guia de planejamento e controle financeiro*. Fortaleza, 2013.
- REZENDE, Richard Cardoso de. *Consignação Em Folha De Pagamento: Estudo Sobre O Papel Da Instituição Nas Aplicações Do Uso Da Margem De Consignação Pelos Servidores Públicos*. 2014. Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, 2014.

ANEXO A: MATRIZ CURRICULAR DO CFSd/2013



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA

ANEXO VII

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS PM/2013

a. **Ensino fundamental (Eficiência Pessoal, Linguagem, Informação e Prática Reflexiva)**

ORD	DISCIPLINAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
1	Redação Oficial e Oratória	20
2	Relações Humanas	20
3	Ética e Deontologia Policial Militar	20
4	Sociologia do Crime e da Violência	20
5	Atividades de Bombeiro.	20
6	Legislação Organizacional	40
7	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	20
8	Primeiros Socorros	20
9	Sistema de Segurança Pública	20

Continuação do Anexo A: Matriz curricular do CFSd/2013



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA

10	Uso Diferenciado da Força	20
11	Comunicações PM	20
12	Educação Física	45
13	Ordem Unida	30
SUBTOTAL (1)		315

b. Cultura e Conhecimento Jurídico

ORD	DISCIPLINAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
14	Direito Penal e Penal Militar	30
15	Direito Processual Penal e Processual Penal Militar	20
16	Direito Administrativo	30
17	Direito Constitucional	40
18	Direitos Humanos	20



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA

19	Legislação Especial	30
SUBTOTAL (2)		170

c. Missão Policial (Técnica Policial)

ORD	DISCIPLINAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
20	Policiamento Comunitário	40
21	Noções Básicas de Gerenciamento de Crise	15
22	Armamento, Equipamento e Fundamentos do Tiro.	30
23	Tiro Policial I - Método Giraldi (pistola)	30
24	Tiro Policial II - Método Giraldi (carabina)	25
25	Defesa Pessoal I	30
26	Defesa Pessoal II – Técnicas de utilização da Torça PR/24	20
27	Atividade de Inteligência	20



Governo do Estado do Maranhão
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA

28	Criminalística Aplicada		20
29	Introdução as Técnicas de Polícia Ostensiva		20
30	Técnicas de Abordagem Policial		40
31		Policimento Ostensivo Rodoviário de Trânsito	20
32		Policimento Ostensivo Ambiental	20
33		Policimento Ostensivo Montado	30
34		Policimento Ostensivo de Praças Esportivas e Eventos	20
35		Policimento Ostensivo Turístico	20
36		Policimento Ostensivo de Choque	30
37		Técnicas de teoria musical*	40
SUBTOTAL (3)			470

*disciplina aplicada aos candidatos ao cargo de Soldado da Banda de Música em substituição as disciplinas de Policiamento Ostensivo Turístico e Ambiental.

d. Atividades Complementares



Governo do Estado do Maranhão
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO E PREVIDÊNCIA

ORD	DISCIPLINAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
38	Palestras/visitas/visagem de Estudo	30
39	Estágio prático profissional	200
40	Atividades Extra Classe	30
SUBTOTAL (4)		260

6. RESUMO DA CARGA HORÁRIA TOTAL

ORD	EIXOS TEMÁTICOS	CARGA HORÁRIA
1	<u>Ensino fundamental</u>	315
2	<u>Cultura e Conhecimento Jurídico</u>	170
3	<u>Missão Policial</u>	470
4	<u>Atividades Complementares</u>	260
T O T A L		1215

ANEXO B: CALENDÁRIO ANUAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA PMMA – EXERCÍCIO 2019

ORD	EVENTO	LOCAL	MODALIDADE		PREVISÃO		PÚBL. INTERNO		PÚBL. EXTERNO		OBS
			PRES	EAD	INÍCIO	TÉRMINO	OF.	PRAÇA	CIVIS	OF.	
1	ESTÁGIO DE FORÇA TÁTICA *	APMGD	PRES		07/01/2019	26/01/2019		46			
2	CURSO PARA REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS	10º BPM	PRES		14/01/2019	18/01/2019	5	20	2		
3	CAPACITAÇÃO SOBRE LEGALIDADE DA ENTRADA EM RESIDÊNCIAS A LUZ DA LEGISLAÇÃO ATUAL	14º BPM	PRES		14/01/2019	18/01/2019	5	25	5	5	
4	ESTÁGIO TÁTICO OSTENSIVO RODOVIÁRIO - TOR	CFAP	PRES		14/01/2019	25/01/2019	5	35			
5	CURSO TÁTICO DE MOTOPATRULHAMENTO(CTM)	BRCHO	PRES		15/01/2019	02/03/2019		22		2	
6	ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA	APMGD	PRES		21/01/2019	25/01/2019	30				
7	ESTÁGIO DE MOTOPATRULHAMENTO	12º BPM	PRES		21/01/2019	25/01/2019		20			
8	CURSO DE FORÇA TÁTICA	3º BPM	PRES		01/02/2019	01/03/2019	5	25			
9	CURSO DE ABORDAGEM	12º BPM	PRES		04/02/2019	07/02/2019		15			
10	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PREGOEIRO *	APMGD	PRES		04/02/2019	08/02/2019		46			
11	CURSO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE CABOS - I	CFAP	EAD		04/02/2019	12/04/2019		240			
			PRES		14/04/2019	31/05/2019					
12	CURSO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS - I	CFAP	EAD		04/02/2019	29/04/2019		160			
			PRES		06/05/2019	14/06/2019					



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ENSINO

Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau, CEP. 65.074-220, São Luís/MA, Fone: (0xx98) 3268-3057; E-mail: densinopmma@gmail.com

AUTORIZO
DATA: ____/____/____
CEL GERN Genl da PMA



Continuação do Anexo B: Calendário Anual de Ensino-Aprendizagem na PMMA – Exercício 2019

ORD	EVENTO	LOCAL	MODALIDADE		PREVISÃO		PÚBL. INTERNO			PÚBL. EXTERNO			OBS	
			PRES	EAD	INÍCIO	TÉRMINO	OF.	PRAÇA	CIVIS	OF.	PRAÇA	CIVIS		
13	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS - I	CFAP	EAD		04/02/2019	30/04/2019								
			PRES		06/05/2019	14/06/2019		80						
14	CURSO FORMAÇÃO DE OFICIAIS-CFO - I- II- III- IV	APMGD	PRES		12/02/2019	20/12/2019		180						
15	II CURSO DE SOBREVIVÊNCIA POLICIAL *	APMGD	PRES		21/02/2019	23/02/2019		23						
16	I CURSO CAPACITAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR/CCPE.	AUDITÓRIO QCG	PRES		01/03/2019	15/03/2019		5	30					
17	CURSO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	APMGD	PRES		05/03/2019	16/03/2019		46						
18	CEGESP	APMGD	PRES		18/03/2019	23/08/2019		45						
19	CURSO DE ABORDAGEM POLICIAL	CFAP	PRES		18/03/2019	22/03/2019		5	35					
20	HABILITAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO VEICULAR - HIDV	BPRV	PRES		18/03/2019	22/03/2019		5	20					
21	CURSO DE TIRO DEFENSIVO	34ª BPM	PRES		20/03/2019	22/03/2019		5	35					
22	CURSO DE POLICIA JUDICIÁRIA MILITAR	APMGD	PRES		25/03/2019	05/04/2019		30						
23	HABILITAÇÃO PARA EMPREGO DE TECNOLOGIAS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO (HTMPO)	BPCHOQUE	PRES		08/04/2019	12/04/2019		5	15					
24	CURSO DE DE SOBREVIVÊNCIA POLICIAL	34ª BPM	PRES		10/04/2019	12/04/2019		5	35					
25	CAPACITAÇÃO DE ABORDAGEM, ARMAMENTO, EQUIPAMENTO E TIRO POLICIAL	14ª BPM	PRES		15/04/2019	19/04/2019		3	20					
26	CURSO PROERD	AUDITORIO QCG	PRES		16/04/2019	27/04/2019		8	30					
27	CURSO DE TÉCNICAS E TÁTICAS URBANAS	ROTAM/ BOPE	PRES		29/04/2019	10/05/2019		5	35					
28	III CTMONT	2ª EPMONT	PRES		29/04/2019	28/06/2019		4	21		1		3	
29	CURSO DE FORÇA TÁTICA	2ª BPM	PRES		30/04/2019	31/05/2019		5	25					
30	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO TCO	APMGD	PRES		06/05/2019	15/05/2019		30						
31	II COTAM - CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS AMBIENTAIS	CPE/BPA	PRES		06/05/2019	07/06/2019		5	20		2		3	
32	ESTÁGIO DE APLICAÇÕES TÁTICAS	34ª BPM	PRES		13/05/2019	24/05/2019		2	25					

Continuação do Anexo B: Calendário Anual de Ensino-Aprendizagem na PMMA – Exercício 2019

ORD	EVENTO	LOCAL	MODALIDADE		PREVISÃO			PÚBL. INTERNO				PÚBL. EXTERNO		OBS	
			PRES	EAD	INÍCIO	TÉRMINO	OF.	PRANÇA	CIVIS	OF.	PRANÇA	CIVIS			
33	HABILITAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE AUTO DE INERBAÇÃO DE TRÂNSITO ELETRÔNICO E MANUAL	BPRV	PRES		20/05/2019	24/05/2019	5	20							
34	ESTÁGIO DE MOTOPATRULHAMENTO	10ª BPM	PRES		20/05/2019	24/05/2019	2	20							
35	TREINAMENTO PARA ISNTRUÇÃO DE NIVELAMENTO UT ^C	BOPE	PRES		27/05/2019	31/05/2019	4	36							
36	CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS -CHO	APMGD	PRES		03/06/2019	27/03/2020		90							
37	CURSO DE OPERADOR DE ESPINGARDA CALIBRE 12	BPCHOQUE	PRES		03/06/2019	07/06/2019	5	20				5			
38	CURSO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA	APMGD	PRES		07/06/2019	27/07/2019	30								
39	CAPACITAÇÃO PARA LEVANTAMENTO PERICIAL	BPRV	PRES		24/06/2019	28/06/2019	2	20							
40	CURSO DE TROPA MONTADA	CPE/1ª EPMONTE	PRES		01/07/2019	30/08/2019	5	25			2	3			
41	CURSO DE FORÇA TÁTICA	7ª PBM	PRES		02/07/2019	07/08/2019	2	30							
42	CURSO DE GESTÃO (ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO)	APMGD	PRES		05/07/2019	16/07/2019	30								
43	ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA	APMGD	PRES		08/07/2019	12/07/2019	30								
44	HABILITAÇÃO DE ARMEIRO	10ª BPM	PRES		11/07/2019	12/07/2019		10							
45	CURSO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE CABOS - II	CFAP	EAD		15/07/2019	20/09/2019		240							
			PRES		30/09/2019	01/11/2019									
46	CURSO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS - II	CFAP	EAD		15/07/2019	27/09/2019		160							
			PRES		28/10/2019	29/11/2019									
47	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS - II	CFAP	EAD		15/07/2019	07/08/2019		80							
			PRES		04/11/2019	06/12/2019									
48	CURSO PARA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE EMERGENCIA - BPRV	CFAP	PRES		22/07/2019	26/07/2019		30							
49	ESTÁGIO DE MOTOPATRULHAMENTO DE TRÂNSITO	CFAP	PRES		05/08/2019	09/08/2019		30							
50	TREINAMENTO PARA RONDA OSTENSIVO TÁTICO MÓVEL	ROTAM/BOPE	PRES		05/08/2019	30/08/2019	3	30			2	5			

Continuação do Anexo B: Calendário Anual de Ensino-Aprendizagem na PMMA – Exercício 2019

ORDO	EVENTO	LOCAL	MODALIDADE	PREVISÃO	PÚBL. INTERNO		PÚBL. EXTERNO		OBS					
					EAD	ÍNICIO	TÉRMINO	OF.		PRANÇA	CIVIS	OF.	PRANÇA	CIVIS
51	CURSO DE DIREITOS HUMANOS	APMGD	PRES		19/08/2019	30/08/2019	30							
52	ESTÁGIO DE MOTOPATRULHAMENTO	3º BPM	PRES		02/09/2019	13/09/2019	5	30						
53	CURSO DE OPERAÇÃO DE CHOQUE	BPCHOQUE	PRES		02/09/2019	25/10/2019	5	25			2	3		
54	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PREGOEIRO	APMGD	PRES		09/09/2019	20/09/2019	30							
55	NIVELAMENTO DE MOTOPATRULHAMENTO	14º BPM	PRES		23/09/2019	27/09/2019	3	20						
56	CURSO DE FORÇA TÁTICA	10º BPM	PRES		01/10/2019	31/10/2019	2	10						
57	IV ESTÁGIO DE MECÂNICA E MANUTENÇÃO DE ARMAMENTO	BPCHOQUE	PRES		07/10/2019	11/10/2019		20						
58	CURSO DE POLICIA JUDICIÁRIA MILITAR	APMGD	PRES		14/10/2019	25/10/2019	30							
59	HABILITAÇÃO PARA ABORDAGEM E NOÇÕES DE DEFESA PESSOAL E MOBILIZAÇÃO TÁTICA	14º BPM	PRES		14/10/2019	18/10/2019	2	20						
60	TREINAMENTO SOBRE CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - (CTB) - NORMAS E RESOLUÇÕES	BPRV	PRES		14/10/2019	18/10/2019	2	20						
61	CURSO DE TÉCNICAS E TÁTICAS URBANAS	ROTAM/ BOPE	PRES		21/10/2019	25/10/2019	5	35						
62	CURSO DE ABORDAGEM	3º BPM	PRES		21/10/2019	25/10/2019	5	30						
63	CURSO DE ABORDAGEM	APMGD	PRES		04/11/2019	13/11/2019	30							
64	INSTRUÇÃO DE NIVELAMENTO UT C	BOPE	PRES		07/11/2019	08/11/2019	5	40						
65	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE TCO *	AMPGD	PRES		16/11/2019	27/12/2019		46						
66	REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE TIRO TÁTICO	CFAP	PRES		18/11/2018	22/11/2018		40						
67	ESTÁGIO DE CAÇADOR POLICIAL	BOPE	PRES		18/11/2019	29/11/2019	5	15			1	1		

Continuação do Anexo B: Calendário Anual de Ensino-Aprendizagem na PMMA – Exercício 2019

ORD	EVENTO	LOCAL	MODALIDADE		PREVISÃO		PÚBL. INTERNO			PÚBL. EXTERNO			OBS	
			PRES	EAD	INÍCIO	TÉRMINO	OF.	PRAÇA	CIVIS	OF.	PRAÇA	CIVIS		
68	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PREGOEIRO	APMIGD	PRES		19/11/2019	30/11/2019	30							
69	CURSO DE FORÇA TÁTICA DE 2ºSGT A CAP QOAPM	BOPE	PRES		02/12/2019	13/12/2019	5	30		2	3			
70	CURSO DO PROERD	3º BPM	PRES		02/12/2019	13/12/2019	5	20						
71	TREINAMENTO PARA GERENCIAMENTO DE CRISE	BOPE	PRES		09/12/2019	20/12/2019	5	15		1	1			
TOTAL							765	2340	2	18	34			

LEGENDA: * CADETES

Cel QOPM  Taércio Ozório Bueno
 Diretor de Ensino da PMMA

ANEXO C: DOCUMENTO RECEBIDO

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
1ª SEÇÃO DO EMG

Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau; CEP. 65.074-220; São Luís/MA; Telefax: (98) 3268-3058; E-mail: pm1.pmma@gmail.com

ORDEM	MUNICÍPIO	QTD_PM
01	São Luís	6.022
MARANHÃO TOTAL		11.269

Fonte: SGI/PMMA

Quartel do Comando Geral em São Luís - MA, 30 de julho de 2.018

MAJ QOPM APARECIDA FERNANDA A. PINTO VELOSO
Chefe da 1ª Seção do EMG